

Petrobras Logística de Gás S.A.

CNPJ Nº 23.909.766/0001-99 - Empresa do Sistema Petrobras

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2018

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

A Petrobras Logística de Gás S.A., subsidiária integral da Petróleo Brasileiro S.A., completou 3 anos de pioneirismo e desafios superados. Temos muito orgulho em apresentar mais um ano com forte geração de caixa, registrando um Lucro Líquido de R\$ 337,82 milhões em 2018.

A Companhia segue seu modelo de negócios baseado na proximidade de gestão de seus ativos de transporte de gás natural e outras sociedades, através da indicação de administradores, foco em melhores práticas e controle de custos. A estratégia da Companhia tem se provado eficaz e uma opção rentável para o acionista controlador.

Após um período de volatilidade, constatamos que em 2018 a economia brasileira demonstrou sinais de recuperação, o que proporciona um ambiente positivo para a retomada do crescimento.

Em 2018, destacamos a Tomada Pública de Contribuições nº 6/2018 da ANP, que teve o objetivo de coletar contribuições, dados e informações sobre promoção da concorrência e desverticalização da indústria de gás natural, assim como o aumento da oferta de gás natural ao mercado.

Continuaremos a atuar no processo de mudanças relevantes no arcabouço legal e regulatório do segmento de gás natural no país. Estaremos prontos para contribuir com nossa expertise visando ao amadurecimento e crescimento do mercado de gás natural brasileiro. A indústria de gás natural reúne as condições favoráveis para se posicionar como importante elemento de transição para um mercado de "baixo carbono".

PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS DA COMPANHIA



Em sua carteira, a Companhia detém participação na Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. (TBG), proprietária e responsável pela operação do trecho brasileiro do Gasoduto Bolívia-Brasil, que liga Corumbá (MS) a Canoas (RS) com 2.593 km e uma capacidade total contratada de 30,08 milhões de m³/dia. Ao longo da extensão do gasoduto, a TBG possui 15 estações de compressão e 50 pontos de entrega. O nível médio de utilização destes ativos em 2018 atingiu grande parte da capacidade contratada, com o transporte médio de 23,01 milhões de m³/dia, incluindo gás proveniente de produção nacional.

A Companhia também detém participação na Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A. (TSB), proprietária de ativos de transporte no Estado do Rio Grande do Sul com extensão de 50 km de gasodutos, compostos de dois trechos de 25 km, que movimentam, por meio do Trecho 1, gás natural proveniente da Argentina para abastecimento da Usina Termoelétrica de Uruguiana e, por meio do Trecho 3, gás natural a partir do ponto de interconexão com a TBG, em Canoas (RS), para abastecimento do Polo Petroquímico de Triunfo (RS). O volume médio transportado no ano de 2018 foi de 505 mil m³/dia, de uma capacidade contratada de 800 mil m³/dia no Trecho 3 e capacidade de escoamento de 2,40 milhões de m³/dia no Trecho 1.

A Companhia possui ainda participação em uma empresa de comercialização e logística de gás natural liquefeito a granel, a GNL Gemini Ltda ("GásLocal"), a qual é responsável pela comercialização e entrega de GNL, através de carretas criogênicas, a 29 clientes, nos estados de São Paulo, Minas Gerais, Distrito Federal, Rio de Janeiro, Paraná e Goiás. O volume comercializado no ano de 2018 foi de 70.395.590 m³.

Além das participações no mercado brasileiro, a Companhia mantém participação na Gas TransBoliviano S.A. (GTB), proprietária e responsável pela operação do trecho boliviano do Gasoduto Bolívia-Brasil com 557 km e 4 estações de compressão, desde Rio Grande, na Bolívia, até a fronteira com o Brasil, em Corumbá (MS). O gasoduto da GTB possui capacidade total para o transporte de gás natural de 32,90 milhões de m³/dia, sendo 30,08 milhões de m³/dia reservados para entrega ao Brasil, na fronteira com o Estado de Mato Grosso do Sul, e 2,82 milhões de m³/dia, em Chiquitos, na interconexão com o Gasoduto Lateral Cuiabá, que entrega gás ao Brasil, na fronteira com o Estado de Mato Grosso.

Em Maio de 2018, em atendimento à estratégia de otimização da carteira de investimentos, ocorreram as Assembleias Gerais Extraordinárias para a saída de nossa Companhia das empresas Petrobras Comercializadora de Energia Ltda, Termomacaé Ltda e Termomacaé Comercializadora de Energia Ltda. Desta forma, a Companhia, desde Maio de 2018, não faz mais parte do quadro societário dessas empresas.

Da mesma forma, seguindo a estratégia de otimização da carteira de investimentos, em Dezembro de 2018, transcorreu a Assembleia Geral Extraordinária da TMN Transportadora S.A., que aprovou a cessação de nossa participação na referida empresa. A TMN é uma empresa não operacional e que detém um Projeto de Gasoduto contemplando uma linha tronco que ligaria o Terminal de Pecém (Caucaia/CE) até São Luís (Maranhão).

RESULTADO 2018

Como exposto, no exercício de 2018, a Companhia (Controladora) apresentou um lucro líquido de R\$ 337,82 milhões, decorrente, principalmente, da receita de serviços de transporte da TBG ajustada pelos efeitos cambiais sobre a tarifa contratualmente fixada. O resultado foi complementado pelos juros sobre o empréstimo subordinado previsto no "Acordo de Acionistas da TBG para Aporte de Capital e outras Avenças", firmado entre a TBG e seus acionistas, e a receita de aplicação financeira no Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) da Petrobras, da ordem de R\$ 32,02 milhões e R\$ 14,26 milhões, respectivamente. Adicionalmente, em Dezembro de 2018, houve a quitação pela TBG do empréstimo subordinado, no montante de R\$ 105,1 milhões.

Desta forma, a Administração da Petrobras Logística de Gás S.A., em conformidade com as disposições legais e estatutárias, apresenta as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, que estão compostas do Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado, Demonstração de Resultados Abrangentes, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Demonstração do Valor Adicionado, acompanhadas das Notas Explicativas e do Parecer dos Auditores Independentes da KPMG.

AGRADECIMENTOS

A Petrobras Logística de Gás S.A. continua focada na otimização de seus ativos, com diligência financeira e fiscal, na busca da criação constante de valor para seu acionista controlador.

A Companhia vem adotando, desde sua constituição, as melhores práticas de governança corporativa e aprimorando permanentemente seus controles internos. Formada por uma equipe altamente qualificada e comprometida com resultados, a Companhia investe na valorização de seu capital humano e no incentivo à inovação em seus processos, sistemas e tecnologias.

Registramos, por fim, nossos sinceros agradecimentos aos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal, da Diretoria Executiva e colaboradores, por suas contribuições valiosas no desenvolvimento e crescimento da Companhia.

Rio de Janeiro, 20 de março de 2019.

Maurício Martins da Silva

Diretor Presidente

Balanços Patrimoniais Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Ativo	Nota	Consolidado		Controladora	
		2018	2017	2018	2017
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	27.271	21.689	1	1
Títulos e valores mobiliários	7	224.025	206.062	-	-
Depósitos vinculados		-	5.894	-	-
Contas a receber cliente, líquidas	8.1	348.304	135.800	162.278	151.141
Contas a receber FIDC	8.2	329.777	221.661	329.777	221.661
Empréstimos concedidos parte relacionada	12.1	-	-	-	88.403
Imposto de renda e contribuição social	15.1	12.158	11.806	12.158	11.806
Impostos e contribuições	15.1	4.008	28.066	-	6.271
Outros ativos		<u>7.755</u>	<u>11.040</u>	<u>3.094</u>	<u>3.094</u>
		<u>953.298</u>	<u>642.018</u>	<u>507.308</u>	<u>482.377</u>
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Depósitos judiciais	23.2	4.435	4.133	2.339	2.134
Investimentos	9	78.842	77.102	341.510	338.381
Imobilizado	10	1.797.622	1.964.735	857	857
Intangível		<u>8.550</u>	<u>10.944</u>	-	-
		<u>1.889.449</u>	<u>2.056.914</u>	<u>344.706</u>	<u>341.372</u>
		<u>2.842.747</u>	<u>2.698.932</u>	<u>852.014</u>	<u>823.749</u>

Passivo	Nota	Consolidado		Controladora	
		2018	2017	2018	2017
Circulante					
Fornecedores	11	71.335	108.524	26.333	28.104
Adiantamento de cliente	14.1.2	59.301	52.014	-	-
Financiamentos	12	-	143.628	-	-
Imposto de renda e contribuição social	15.1	89.238	52.679	1.929	1.936
Impostos e contribuições	15.1	67.227	28.052	210	352
Salários, férias e encargos		25.971	24.542	-	-
Dividendos propostos		223.769	279.531	80.232	146.810
Provisão para recuperação ambiental	23.1	-	4.722	-	4.722
Outras contas e despesas a pagar		<u>13.977</u>	<u>5.085</u>	-	12
		<u>550.818</u>	<u>698.777</u>	<u>108.704</u>	<u>181.936</u>
Não circulante					
Adiantamento de cliente	14.1.2	779.352	753.794	-	-
Imposto de renda e contrib. social diferidos	15.2	425.296	290.468	481	-
Planos de pensão e saúde	16	88.646	57.423	-	-
Provisão para processos judiciais e administrativos	23.1	815	786	815	786
Provisão para recuperação ambiental	23.1	19.999	19.999	19.999	19.999
Outras contas e despesas a pagar		<u>3.534</u>	<u>5.640</u>	<u>96</u>	<u>16</u>
		<u>1.317.642</u>	<u>1.128.110</u>	<u>21.391</u>	<u>20.801</u>
		<u>1.868.460</u>	<u>1.826.887</u>	<u>130.095</u>	<u>202.737</u>
Patrimônio líquido					
Capital social realizado		434.869	434.869	434.869	434.869
Reservas de lucros		298.189	187.413	298.189	187.413
Outros resultados abrangentes		<u>(11.139)</u>	<u>(1.270)</u>	<u>(11.139)</u>	<u>(1.270)</u>
Atribuído aos acionistas da controladora		721.919	621.012	721.919	621.012
Atribuído aos acionistas não controladores		<u>252.368</u>	<u>251.033</u>	-	-
		<u>974.287</u>	<u>872.045</u>	<u>721.919</u>	<u>621.012</u>
		<u>2.842.747</u>	<u>2.698.932</u>	<u>852.014</u>	<u>823.749</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Petrobras Logística de Gás S.A.

CNPJ Nº 23.909.766/0001-99 - Empresa do Sistema Petrobras

Demonstração de Resultado Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2018	2017	2018	2017
Receita de vendas e serviços	18	1.553.487	1.332.188	-	-
Custo dos produtos e serviços vendidos	20	(385.976)	(359.557)	-	-
Lucro bruto		1.167.511	972.631	-	-
Receitas (despesas)					
Gerais e administrativas	20	(124.922)	(116.747)	(23.200)	(19.894)
Tributárias	20	(4.451)	(7.662)	(3.566)	(5.531)
Outras despesas (receitas) líquidas	19	16.983	(3.925)	27.039	(1.233)
		(112.390)	(128.334)	273	(26.658)
Lucro (Prejuízo) antes do resultado financeiro, participações e impostos		1.055.121	844.297	273	(26.658)
Resultado financeiro líquido	21	(120.447)	33.119	46.276	82.120
Receitas financeiras		32.890	109.833	29.730	82.638
Despesas financeiras		(16.493)	(22.510)	(4)	(11)
Variações monetárias e cambiais, líquidas		(136.844)	(54.204)	16.550	(507)
Resultado de participações em investidas	9.2	4.179	7.791	302.970	282.047
Lucro antes dos impostos		938.853	885.207	349.519	337.509
Imposto de renda e contribuição social	15.3	(313.960)	(307.986)	(11.700)	(28.434)
Lucro do exercício		624.893	577.221	337.819	309.075
Atribuível aos:					
Acionistas da Petrobras Logística de Gás S.A.		337.819	311.781	337.819	309.075
Acionistas não controladores		287.074	265.440	-	-
Lucro do exercício		624.893	577.221	337.819	309.075
Lucro básico e diluído por ação (em R\$)	17.4	1.179,65	1.088,73	1.179,65	1.079,28

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Valor Adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2018	2017	2018	2017
Receitas					
Vendas de produtos, serviços e outras receitas		1.911.686	1.648.004	33.703	18.763
		1.911.686	1.648.004	33.703	18.763
Insumos adquiridos de terceiros					
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(139.289)	(133.343)	(15.206)	(26.029)
Créditos fiscais sobre insumos adquiridos de terceiros		(55.403)	(32.175)	-	-
		(194.692)	(165.518)	(15.206)	(26.029)
Valor adicionado bruto		1.716.994	1.482.486	18.497	(7.266)
Depreciação e amortização		(188.411)	(182.263)	-	-
Valor adicionado líquido produzido pela companhia		1.528.583	1.300.223	18.497	(7.266)
Valor adicionado recebido em transferência					
Resultado de participações em investimentos		4.179	7.791	302.970	282.047
Receitas financeiras		32.890	109.833	29.730	82.638
		37.069	117.624	332.700	364.685
Valor adicionado a distribuir		1.565.652	1.417.847	351.197	357.419
Distribuição do valor adicionado					
Pessoal e administradores					
Salários e benefícios		154.509	136.891	13.527	12.488
FGTS		6.588	6.534	-	-
		161.097	143.425	13.527	12.488
Tributos					
Federais		456.874	455.702	15.133	33.936
Estaduais		150.284	145.760	120	5
Municipais		533	126	14	24
		607.691	601.588	15.267	33.965
Instituições financeiras e fornecedores					
Juros, variações cambiais e monetárias		153.337	76.714	(16.546)	518
Despesas de alugueis		18.634	18.899	1.130	1.372
		171.971	95.613	(15.416)	1.890
Acionistas					
Dividendos		80.232	146.810	80.232	146.810
Resultado dos acionistas não controladores		287.074	265.440	-	-
Lucros retidos		257.587	164.971	257.587	162.266
		624.893	577.221	337.819	309.076
Valor adicionado distribuído		1.565.652	1.417.847	351.197	357.419

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração de Resultados Abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
Lucro do exercício	624.893	577.221	337.819	309.075
Itens que não serão reclassificados para o resultado:				
Ganhos/perdas atuariais com planos de benefícios definidos	(19.102)	8.029	(9.742)	4.095
Imposto diferido	(249)	(2.378)	(127)	(1.213)
Resultado abrangente total	605.542	582.872	327.950	311.957
Resultado abrangente atribuível aos:				
Acionistas da Petrobras Logística de Gás S.A.	327.950	314.663	327.950	311.957
Acionistas não controladores	277.592	268.209	-	-
Resultado abrangente total	605.542	582.872	327.950	311.957

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro do exercício	624.893	577.221	337.819	309.075
Ajustes para:				
Despesa atuarial de planos de pensão e saúde	12.144	12.344	-	-
Provisão (Baixa) para perda com processos judiciais	(4.693)	319	(4.693)	319
Resultado de participações em investidas	(4.179)	(7.791)	(302.970)	(282.047)
Depreciação e amortização	188.411	182.263	-	-
Variações cambiais, monetárias e encargos financeiros e outras	156.147	70.376	(30.678)	2.818
Rendimentos de recebíveis de ativos financeiros	(14.258)	(69.796)	(14.258)	(69.796)
Rendimentos de títulos e valores mobiliários	(15.908)	(35.429)	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos	134.828	160.301	481	4.347
Redução (aumento) de ativos				
Contas a receber	(233.361)	78.689	99.191	(8.926)
Títulos e valores mobiliários	-	436.850	-	-
Outros ativos	9.331	7.459	(96)	12.043
Aumento (redução) de passivos				
Fornecedores	(37.189)	(233.165)	(1.771)	1.961
Impostos e contribuições	239.664	171.771	17.155	35.546
Imposto de renda e contribuição social pagos	(133.143)	(315.788)	(11.623)	(25.961)
Outros passivos	(61.606)	(40.548)	69	19.604
Recursos líquidos gerados (utilizados) pelas atividades operacionais	861.081	995.076	88.626	(1.017)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aquisições de ativos imobilizados e intangíveis	(29.498)	(59.018)	-	-
Adições em investimentos	-	(267)	-	(267)
Resgates (investimentos) de recebíveis de ativos financeiros	(93.858)	523.521	(93.858)	523.521
Resgates (investimentos) de títulos e valores mobiliários	(2.055)	-	-	-
Dividendos recebidos	21.985	576	303.506	448.034
Caixa absorvido na incorporação de participação acionária	-	131	-	131
Recursos líquidos gerados (utilizados) nas atividades de investimentos	(103.426)	464.943	209.648	971.419
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Redução de capital social	-	(522.581)	-	(522.581)
Redução de investimento	1.311	-	1.311	-
Amortizações de principal	(166.111)	(66.856)	-	-
Amortizações de juros	(17.207)	(15.357)	-	-
Dividendos pagos a acionista da Petrobras Logística de Gás S.A.	(299.585)	(447.822)	(299.585)	(447.822)
Dividendos pagos a acionistas não controladores	(270.481)	(430.732)	-	-
Recursos líquidos utilizados nas atividades de financiamentos	(752.073)	(1.483.348)	(298.274)	(970.403)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa no exercício	5.582	(23.329)	-	(1)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	21.689	45.018	1	2
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	27.271	21.689	1	1

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Outros resultados abrangentes			Reservas de lucros		Total do patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora		Participação dos acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido consolidado
	Capital subscrito e integralizado	atuariais com planos de benefícios definidos	Legal	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Ativo diferido			
SalDOS em 1º de janeiro de 2017	957.450	(4.152)	25.148	215.093	-	1.193.539	(2.707)	323.006	1.513.838
Dividendos adicionais aprovados				(215.093)	240.241	1.193.539	(2.707)	323.006	1.513.838
Redução de capital	(522.581)							(207.462)	(422.555)
Lucro líquido					309.075	309.075		265.440	574.515
Outros Resultados Abrangentes		2.882				2.882		2.769	5.651
Destinações:									
Apropriações do lucro em reserva			15.454	146.811	(162.265)	-	2.707	-	2.707
Dividendos					(146.810)	(146.810)		(132.720)	(279.530)
SalDOS em 31 de dezembro de 2017	434.869	(1.270)	40.602	146.811	-	621.012	-	251.033	872.045
	434.869	(1.270)			187.413	621.012		251.033	872.045
SalDOS em 31 de dezembro de 2017	434.869	(1.270)	40.602	146.811	-	621.012	-	251.033	872.045
	434.869	(1.270)			187.413	621.012		251.033	872.045
Dividendos adicionais aprovados				(146.811)		(146.811)		(132.720)	(279.531)
Lucro líquido					337.819	337.819		287.074	624.893
Outros resultados abrangentes		(9.869)				(9.869)		(9.482)	(19.351)
Destinações:									
Apropriações do lucro em reservas			16.891	240.696	(257.587)	-			-
Dividendos					(80.232)	(80.232)		(143.537)	(223.769)
SalDOS em 31 de dezembro de 2018	434.869	(11.139)	57.493	240.696	-	721.919	-	252.368	974.287
	434.869	(11.139)			298.189	721.919		252.368	974.287

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Petrobras Logística de Gás S.A.

CNPJ Nº 23.909.766/0001-99 - Empresa do Sistema Petrobras

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. A Companhia e suas operações

A Petrobras Logística de Gás S.A. (denominada, em conjunto, "Logigás" ou a "Companhia"), dedica-se à participação como sócia ou acionista de outras sociedades, podendo constituir sociedades, sob qualquer forma jurídica, bem como a produção, o comércio, a importação, a exportação, a armazenagem e o transporte de gás natural, de gás liquefeito de petróleo e de gases raros de quaisquer origens. A sede social da Companhia está localizada no Rio de Janeiro - RJ.

Para cumprir sua missão, a Companhia vem desenvolvendo projetos em parceria, por meio da participação no capital de empresas. Dentre os projetos que têm participação da Logigás, destaca-se a controlada Transportadora Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. - TBG ("TBG"), além de participações societárias (empreendimentos controlados em conjunto e coligada), descritas na nota 9.1.

A Companhia mantém transações relevantes com sua controladora Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras e segue o plano de negócios desta na condução de suas operações. Portanto, estas demonstrações financeiras devem ser lidas neste contexto.

Em Assembleia Geral Extraordinária da Logigás, realizada em 14 de dezembro de 2018, foi aprovada a extinção do Conselho de Administração e consequente alteração no Estatuto Social da Companhia.

A Administração da Logigás tem conhecimento que está em curso o estudo para a otimização da carteira de participações de sua Controladora Petrobras, que poderá impactar as demonstrações financeiras da Companhia durante o exercício de 2019.

1.1. Reestruturação societária

1.1.1. TNG Participações Ltda.

Em notificação extrajudicial datada de 07 de dezembro de 2017, a Logigás comunicou a Termogás S.A. que iria exercer seu direito de retirar-se da sociedade na TNG Participações Ltda. em até sessenta dias contados da data de recebimento da referida notificação, considerando que as condições financeiras, econômicas, regulatórias e ambientais, vigentes à época, não contribuíam para a possibilidade de realização do empreendimento que sustentou a constituição da TNG Participações Ltda.

Em 31 de janeiro de 2018, em Reunião de Sócios Quotistas da TNG Participações Ltda, houve a Dissolução Parcial da Sociedade, com o encerramento da participação da Petrobras Logística de Gás S.A. (Logigás) do seu quadro societário, e por conseguinte, do quadro societário da TNG Operação e Manutenção Ltda (TNG O&M), uma vez que a TNG Participações detém a totalidade da participação da TNG O&M.

1.1.2. TMN Transportadora S.A.

Em 06 de setembro de 2018, o Conselho de Administração da Logigás aprovou a cessação da participação da Companhia na TMN Transportadora S.A., com a consequente saída da Logigás do seu quadro societário.

Em 21 de dezembro de 2018, em Assembleia Geral Extraordinária da TMN Transportadora S.A, houve a Dissolução Parcial da Sociedade via redução de seu capital social, com o encerramento da participação da Logigás.

1.1.3. Transportadora Sulbrasileira de Gás - TSB

Em 01 de dezembro de 2017, a Assembleia Geral Extraordinária da TSB aprovou a redução de capital social, sem o cancelamento de ações, com a restituição aos acionistas de parte do valor de suas ações, tendo em vista o capital social ter sido julgado em excesso.

A parcela de capital social restituída proporcionalmente aos acionistas foi de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), correspondendo ao valor de R\$ 0,0621118 por ação, respeitados os prazos legais.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras consolidadas são preparadas de acordo com as *International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base na Lei das Sociedades por Ações e incorporam as mudanças por intermédio das Leis 11.638/07 e 11.941/09 e nos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade CFC.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A Diretoria Executiva da Companhia, em reunião realizada em 20 de março de 2019, autorizou a divulgação dessas demonstrações financeiras.

2.1. Práticas contábeis

O sumário das principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras está apresentado na nota explicativa 3.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto quando de outra forma indicado.

2.3. Uso de estimativa e julgamento

Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As premissas utilizadas são baseadas no histórico e em outros fatores considerados relevantes, e são revisados periodicamente pela Administração.

As estimativas e julgamentos relevantes que requerem maior nível de julgamento e complexidade estão divulgados na nota explicativa 4.

2.4. Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

A partir de 1º de janeiro de 2018, a Companhia adotou inicialmente os requerimentos contidos nos seguintes pronunciamentos: CPC 48 Instrumentos Financeiros, análogo ao IFRS 9 *Financial Instruments*, inclusive aqueles relativos à contabilidade de hedge; CPC 47 Receita de Contrato com Cliente, análogo ao IFRS 15 *Revenue from Contracts with Customers*.

2.4.1. IFRS 9 *Financial Instruments* / CPC 48 Instrumentos Financeiros

O CPC 48 estabelece, entre outros, novos requerimentos para: classificação e mensuração de ativos financeiros, mensuração e reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros, modificações nos termos de ativos e passivos financeiros, contabilidade de hedge e divulgação.

De acordo com as disposições transitórias previstas pelo CPC 48, a Companhia não reapresentou suas demonstrações financeiras de períodos anteriores em relação aos novos requerimentos referentes a: classificação e mensuração de ativos financeiros, perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros e modificações nos termos de ativos e passivos financeiros.

Classificação e mensuração de ativos financeiros

O CPC 48 estabelece um modelo para classificação de ativos financeiros e determina subsequentemente a mensuração ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

ou ao valor justo por meio do resultado, com base nas características dos fluxos de caixa contratual e no modelo de negócios para gerir o ativo. O CPC 48 eliminou as seguintes categorias estabelecidas pelo CPC 38: mantidos até o vencimento, empréstimos e contas a receber e disponíveis para venda.

A Companhia não sofreu impactos materiais na classificação, mensuração e saldos de seus ativos financeiros, na adoção inicial do CPC 48.

Modificação de fluxo de caixa contratual de passivos financeiros

O CPC 48 estabelece que os saldos contábeis de passivos financeiros mensurados a custo amortizado, cujos termos contratuais foram modificados, não substancialmente, devem refletir o valor presente dos seus fluxos de caixa sob os novos termos, utilizando a taxa de juros efetiva original. A diferença entre o saldo contábil do instrumento remensurado quando da modificação não substancial dos seus termos e seu saldo contábil imediatamente anterior a tal modificação deve ser reconhecida como ganho ou perda no resultado do período.

Perda no valor recuperável dos ativos financeiros (*Impairment*)

O CPC 48 substitui o modelo de perda incorrida estabelecido pelo CPC 38 pelo modelo de perda esperada. Provisão para perdas de crédito esperadas são reconhecidas em ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, bem como aqueles mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Não houve impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia resultante da adoção do CPC 48, a partir de 1º de janeiro de 2018.

Para obter informações adicionais sobre as práticas contábeis referentes aos instrumentos financeiros ver nota explicativa 3.2.

2.4.2. IFRS 15 *Revenue from Contracts with Customers*/CPC 47 Receita de Contrato com Cliente

O CPC 47 substituiu os CPC 17 (R1) Receitas e CPC 30 (R1) Contratos de Construção bem como suas respectivas interpretações. Ao adotar o CPC 47, a Companhia determinou quando (ou a que medida) e por quais montantes as receitas de contratos com clientes devem ser reconhecidas de acordo com o modelo composto pelas cinco etapas a seguir: 1) identificação do contrato com o cliente; 2) identificação das obrigações de desempenho; 3) determinação do preço da transação; 4) alocação do preço às obrigações de desempenho; 5) reconhecimento quando (ou enquanto) a obrigação de desempenho é satisfeita. Uma obrigação de desempenho é considerada satisfeita quando (ou à medida que) o cliente obtém o controle sobre o bem ou serviço prometido.

Receitas de direitos não exercidos (*breakage*)

A partir de 1º de janeiro de 2018, a Companhia passou a apresentar separadamente, na nota explicativa 18, as receitas oriundas de direitos não exercidos por clientes em contratos com cláusulas de *ship or pay* no montante de R\$ 309.932 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 239.740 em 31 de dezembro de 2017), referentes aos serviços de transporte de gás natural.

Em conformidade com as disposições transitórias previstas pelo CPC 47, a Companhia adotou o pronunciamento retrospectivamente com reconhecimento dos efeitos da aplicação inicial em lucros acumulados. No entanto, as mudanças em função da adoção do CPC 47 apenas alteraram a forma como certas receitas de contratos com clientes são apresentadas na demonstração de resultados da Companhia. Desta forma, não foram reconhecidos impactos em lucros acumulados.

Para obter informações adicionais sobre as práticas contábeis referentes ao reconhecimento de receitas com clientes ver nota explicativa 3.

2.5. Demonstração do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado - DVA apresentam informações relativas à riqueza criada pela Companhia e a forma como tais riquezas foram distribuídas. Essas demonstrações foram preparadas de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

2.6. Moeda funcional

A moeda funcional da Companhia é o real, por ser a moeda de seu ambiente econômico de operação. Todas as informações financeiras apresentadas em reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3. Sumário das principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas abaixo foram aplicadas de maneira consistente pela Companhia nas demonstrações financeiras apresentadas.

3.1. Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem informações da Logigás e de suas subsidiárias e controladas.

O controle é obtido quando a Logigás possui: i) poder sobre a investida; ii) exposição a, ou direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e iii) a capacidade de utilizar seu poder sobre a investida para afetar o valor de seus retornos.

As empresas subsidiárias e controladas são consolidadas a partir da data em que o controle é obtido até a data em que esse controle deixa de existir, utilizando práticas contábeis consistentes às adotadas pela Companhia. A nota explicativa 9.2 apresenta as empresas consolidadas, juntamente com os demais investimentos diretos.

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultado corresponde à soma dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a sua função, complementada com as eliminações das operações realizadas entre empresas consolidadas, bem como do saldo e resultados não realizados economicamente entre as referidas empresas.

3.2. Instrumentos financeiros

Instrumento financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

3.2.1. Ativos financeiros

a) Reconhecimento e mensuração inicial

Um ativo financeiro é reconhecido quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Exceto por contas a receber de clientes que não contiverem componente de financiamento significativo e ativos financeiros mensurados ao valor justo, no reconhecimento inicial, ativos financeiros são mensurados a valor justo adicionado ou deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou à emissão de tais ativos.

b) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros são geralmente classificados como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue:

- Custo amortizado: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais;

- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: ativo financeiro (instrumento financeiro de

Petrobras Logística de Gás S.A.

CNPJ Nº 23.909.766/0001-99 - Empresa do Sistema Petrobras

dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda, bem como investimentos em instrumento patrimoniais não mantidos para negociação nem contraprestação contingente, que no reconhecimento inicial, a Companhia elegeu de forma irrevogável por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes; e

• Valor justo por meio do resultado: todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos.

Os ativos financeiros da Companhia, originalmente mensurados como "Mantido até o vencimento", de acordo com o CPC 38, passaram a ser mensurados como "Valor justo por meio do resultado" (exceto o Contas a receber Cliente e Depósitos judiciais, classificados na categoria de "Custo amortizado"), conforme CPC 48.

c) Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

Provisão para perdas de crédito esperadas são reconhecidas em ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, bem como aqueles mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, quando aplicável.

A Companhia reconhece provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber de clientes de curto prazo por meio da utilização de matriz de provisões baseada na experiência de perda de crédito histórica não ajustada, quando tal informação representa a melhor informação razoável e sustentável, ou, ajustada, com base em dados observáveis atuais para refletir os efeitos das condições atuais e futuras desde que tais dados estejam disponíveis sem custo ou esforços excessivos.

Em geral, para os demais instrumentos financeiros, a Companhia reconhece provisão por valor equivalente à perda de crédito esperada para 12 meses, entretanto, quando o risco de crédito do instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, a provisão é reconhecida por valor equivalente à perda de crédito esperada (vida toda).

Aumento significativo do risco de crédito

Ao avaliar o aumento significativo do risco de crédito, a Companhia compara o risco de inadimplência (default) que ocorre no instrumento financeiro na data do balanço com o risco de inadimplência (default) que ocorre no instrumento financeiro na data de seu reconhecimento inicial. Para tal, a Companhia utiliza, entre outros, os seguintes indicadores: alteração significativa real ou esperada na classificação de crédito externa do instrumento financeiro e informações sobre atrasos nos pagamentos.

Independentemente da avaliação do aumento significativo no risco de crédito, a Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o seu reconhecimento inicial quando os pagamentos contratuais estiverem vencidos há mais de 30 dias, exceto quando informações razoáveis e sustentáveis disponíveis demonstrarem o contrário.

A Companhia assume que o risco de crédito de instrumento financeiro não aumentou significativamente desde o seu reconhecimento inicial quando o instrumento financeiro possui baixo risco de crédito na data do balanço. Baixo risco de crédito é determinado com base em classificações externas de riscos e metodologias internas de avaliação.

Definição de inadimplência (*default*)

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando a contraparte não cumpre com a obrigação legal de pagamento de seus débitos quando devidos ou, a depender do instrumento financeiro, quando ocorre atraso de recebimento devido contratualmente em prazo igual ou superior a 90 (noventa) dias.

Mensuração e reconhecimento de perdas de crédito esperadas

Perda de crédito esperada é a média ponderada de perdas de crédito com os respectivos riscos de inadimplência, que possam ocorrer conforme as ponderações. A perda de crédito sobre um ativo financeiro é mensurada pela diferença entre todos os fluxos de caixa contratuais devidos à Companhia e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados à taxa efetiva original.

d) Apresentação

Caixa e equivalentes a caixa incluem numerário em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, vencíveis em até três meses, contados da data da contratação original, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

Provisões para *impairment* sobre ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado são deduzidas do valor contábil bruto dos ativos tendo como contrapartida ganhos ou perdas no resultado.

3.2.2. Passivos financeiros

a) Reconhecimento e mensuração inicial

Um passivo financeiro é reconhecido quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Exceto por passivos financeiros mensurados ao valor justo, no reconhecimento inicial, passivos financeiros são mensurados a valor justo adicionado ou deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou à emissão de tais passivos.

b) Classificação e mensuração subsequente

Passivos financeiros são classificados como mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Financiamentos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Quando passivos financeiros mensurados a custo amortizado tem seus termos contratuais modificados e tal modificação não for substancial, seus saldos contábeis refletirão o valor presente dos seus fluxos de caixa sob os novos termos, utilizando a taxa de juros efetiva original. A diferença entre o saldo contábil do instrumento remensurado quando da modificação não substancial dos seus termos e seu saldo contábil imediatamente anterior a tal modificação é reconhecida como ganho ou perda no resultado do período.

3.3. Investimentos societários

Coligada é a entidade sobre a qual a Companhia possui influência significativa, definida como o poder de participar na elaboração das decisões sobre políticas financeiras e operacionais de uma investida, mas sem que haja o controle individual ou conjunto dessas políticas. A definição de controle é apresentada na nota explicativa 3.1.

Negócio em conjunto é aquele em que duas ou mais partes têm o controle conjunto estabelecido contratualmente, podendo ser uma operação em conjunto ou um empreendimento controlado em conjunto, dependendo dos direitos e obrigações das partes.

Enquanto em uma operação em conjunto, as partes integrantes têm direitos sobre os ativos e obrigações sobre os passivos relacionados ao negócio, em um empreendimento controlado em conjunto, as partes têm direitos sobre os ativos líquidos do negócio.

Nas demonstrações individuais, os investimentos em entidades Coligada, Controladas e empreendimentos controlados em conjunto são avaliados pelo método da equivalência patrimonial (MEP) a partir da data em que elas se tornam sua Coligada, Empreendimento Controlado em Conjunto e Controlada.

As demonstrações financeiras dos empreendimentos controlados em conjunto e coligadas são ajustadas para assegurar consistência com as políticas adotadas pela Petrobras. Os dividendos recebidos provenientes desses investimentos societários são registrados como uma redução do valor dos respectivos investimentos.

3.4. Imobilizado

Está demonstrado pelo custo de aquisição ou custo de construção, que representa os custos para colocar o ativo em condições de operação, deduzido da depreciação acumulada e da perda por redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*), quando aplicável.

Os gastos com grandes manutenções planejadas efetuadas para restaurar ou manter os padrões originais de desempenho são reconhecidos no ativo imobilizado quando o prazo de campanha for superior a doze meses e houver reconhecibilidade das campanhas. Esses gastos são depreciados pelo período previsto até a próxima grande manutenção. Os gastos com as manutenções que não atendem a esses requisitos são reconhecidos como despesas no resultado do exercício.

As peças de reposição e sobressalentes com vida útil superior a um ano e que só podem ser utilizados em conexão com itens do ativo imobilizado são reconhecidos e depreciados junto com o bem principal.

Os encargos financeiros de empréstimos obtidos, quando diretamente atribuíveis à aquisição ou à construção de ativos, são capitalizados como parte dos custos desses ativos. Os encargos financeiros sobre recursos captados sem destinação específica, utilizados com propósito de obter um ativo qualificável, são capitalizados pela taxa média dos empréstimos vigentes durante o período, aplicada sobre o saldo de obras em andamento. A Companhia cessa a capitalização dos encargos financeiros dos ativos qualificáveis cujo desenvolvimento esteja concluído. Geralmente, a capitalização dos juros é suspensa, entre outros motivos, quando os ativos qualificáveis não recebem investimentos significativos por período igual ou superior a 12 meses.

Os terrenos não são depreciados. Os bens do imobilizado são depreciados pelo método linear com base nas vidas úteis estimadas, que estão demonstradas por classe de ativo na nota explicativa 10.

3.5. Intangível

Está demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada. É composto por direitos e concessões e softwares.

3.6. Redução ao valor recuperável de ativos - *Impairment*

A Companhia avalia os ativos imobilizado e intangível quando há indicativos de não recuperação do seu valor contábil. Essa avaliação é efetuada para o ativo individual ou ao menor grupo identificável de ativos que gera entradas de caixa, entradas grossas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou outros grupos de ativos (Unidade Geradora de Caixa - UGC).

Na aplicação do teste de redução ao valor recuperável de ativos, o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa é comparado com o seu valor recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre o valor em uso de um ativo e seu valor justo líquido de despesa de venda. Considerando-se as particularidades dos ativos da Companhia, o valor recuperável utilizado para avaliação do teste de redução ao valor recuperável é o valor em uso, exceto quando especificamente indicado.

O valor em uso é estimado com base no valor presente de fluxos de caixa futuros decorrentes do uso contínuo dos respectivos ativos. Os fluxos de caixa são ajustados pelos riscos específicos e utilizam a taxa de desconto pré-imposto, que derivam do custo médio ponderado de capital (WACC) pós-imposto. As principais premissas dos fluxos de caixa são: preços baseados no último Plano de Negócios e Gestão e Plano Estratégico divulgado pela Petrobras, custos operacionais de mercado e investimentos necessários para realização dos projetos.

3.7. Redução ao valor recuperável de investimentos em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto - *Impairment*

A Companhia avalia os investimentos em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto quando há indicativos de não recuperação do valor contábil.

Na aplicação do teste de redução ao valor recuperável, o valor contábil do investimento, é comparado com o seu valor recuperável.

Geralmente, o valor recuperável é o valor em uso, exceto quando especificamente indicado, proporcional à participação no valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados da coligada ou empreendimento controlado em conjunto, representando fluxos futuros de dividendos e outras distribuições.

A reversão de perdas por redução ao valor recuperável é permitida.

3.8. Provisões, ativos e passivos contingentes

As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente como resultado de evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado de forma confiável.

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos, porém os passivos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados.

A reversão de perda reconhecidas anteriormente é permitida.

3.9. Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos.

Tais impostos são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no lucro tributável apurado conforme legislação pertinente e alíquotas vigentes no final do período que está sendo reportado.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, quando existe direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos e quando há intenção de liquidar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são geralmente reconhecidos sobre as diferenças temporárias apuradas entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis, e mensurados pelas alíquotas que se espera que sejam aplicáveis no período quando for realizado o ativo ou liquidado o passivo, com base nas alíquotas (e legislação fiscal) que estejam promulgadas ou substancialmente promulgadas ao final do período que está sendo reportado.

O ativo fiscal diferido é reconhecido para todas as diferenças temporárias dedutíveis, inclusive para prejuízos e créditos fiscais não utilizados, na medida em que seja provável a existência de lucro tributável contra o qual a diferença temporária dedutível possa ser utilizada, a não ser que o ativo fiscal diferido surja do reconhecimento inicial de ativo ou passivo na transação que não é uma combinação de negócios e no momento da transação não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

A existência de lucro tributável futuro baseia-se em estudo técnico, aprovado pela Administração da Companhia.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são apresentados líquidos, quando existe direito legalmente executável à compensação dos ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária na mesma entidade tributável ou nas entidades tributáveis diferentes que pretendem liquidar os passivos e os ativos fiscais correntes em bases líquidas, ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro no qual se espera que valores significativos dos ativos ou passivos fiscais diferidos sejam liquidados ou recuperados.

3.10. Benefícios concedidos a empregados (pós-emprego)

Os compromissos atuariais com os planos de benefícios de pensão e aposentadoria definidos e os de assistência médica são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário

Petrobras Logística de Gás S.A.

CNPJ Nº 23.909.766/0001-99 - Empresa do Sistema Petrobras

independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável.

As premissas atuariais incluem: estimativas demográficas e econômicas, estimativas dos custos médicos, bem como dados históricos sobre as despesas e contribuições dos funcionários.

O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final.

Mudanças na obrigação de benefício definido líquido (ativo) são reconhecidos quando incorridos da seguinte maneira: i) custo do serviço e juros líquidos, no resultado do exercício; e ii) remensurações, em outros resultados abrangentes.

O custo do serviço compreende: i) custo do serviço corrente, que é o aumento no valor presente da obrigação de benefício definido resultante do serviço prestado pelo empregado no período corrente; ii) custo do serviço passado, que é a variação no valor presente da obrigação de benefício definido por serviço prestado por empregados em períodos anteriores, resultante de alteração (introdução, mudanças ou cancelamento de um plano de benefício definido) ou de redução (uma redução significativa, pela entidade, no número de empregados cobertos por um plano); e iii) qualquer ganho ou perda na liquidação (*settlement*).

Juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido é a mudança, durante o período, no valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido resultante da passagem do tempo.

Remensurações do valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido, reconhecidos no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes, compreendem os ganhos e perdas atuariais.

A Companhia contribui para os planos de contribuição definida, cujos percentuais são baseados na folha de pagamento, sendo essas contribuições levadas ao resultado quando incorridas.

3.11. Capital social e remuneração aos acionistas

O capital social está representado por ações ordinárias.

Quando proposta pela Companhia, a remuneração aos acionistas se dá sob a forma de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio com base nos limites definidos em lei e no estatuto social da Companhia.

3.12. Outros resultados abrangentes

São classificados como outros resultados abrangentes, os ajustes decorrentes de: i) ativos financeiros classificados como subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ii) parcelas eficazes de ganhos ou perdas de instrumentos de hedge em hedges de fluxo de caixa, iii) remensurações em planos de benefício definido e, iv) ajustes acumulados de conversão.

3.13. Reconhecimento de receitas de contratos com clientes

As receitas da Companhia são reconhecidas com base nos contratos de transporte de gás natural, que inclui cláusulas de "ship or pay", na qual a Petrobras (carregadora) se obriga a pagar pela capacidade de transporte contratada, independentemente do volume transportado.

A Companhia reconhece receitas quando ou à medida que seja satisfeita à obrigação de desempenho ao transferir o controle do bem ou do serviço prometido ao cliente. O bem ou o serviço é considerado transferido quando ou à medida que o cliente obtém controle do mesmo.

A Companhia mensura a receita pelo valor da contraprestação à qual espera ter direito em troca das transferências dos bens ou serviços prometidos ao cliente.

4. Estimativas e julgamentos relevantes

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações e seus reflexos em ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e em outros fatores considerados relevantes, revisadas periodicamente pela administração e cujos resultados reais podem diferir dos valores estimados.

A seguir são apresentadas informações apenas sobre práticas contábeis e estimativas que requerem elevado nível de julgamento ou complexidade em sua aplicação e que podem afetar materialmente a situação financeira e os resultados da Companhia.

4.1. Benefícios de pensão e outros benefícios pós-emprego

Os compromissos atuariais e os custos com os planos de benefícios definidos de pensão e aposentadoria e os de assistência médica dependem de uma série de premissas econômicas e demográficas, dentre as principais utilizadas estão:

- Taxa de desconto - compreende a curva da inflação projetada com base no mercado mais juros reais apurados por meio de uma taxa equivalente que conjuga o perfil de maturidade das obrigações de pensão e saúde com a curva futura de retorno dos títulos de mais longo prazo do governo brasileiro;

- Taxa de variação de custos médicos e hospitalares - premissa representada pela projeção de taxa de crescimento dos custos médicos e hospitalares, baseada no histórico de desembolsos para cada indivíduo (per capita) da companhia nos últimos cinco anos, que se iguala à taxa de inflação geral da economia no prazo de 30 anos.

Essas e outras estimativas são revisadas anualmente e podem divergir dos resultados reais devido a mudanças nas condições de mercado e econômicas, além do comportamento real das premissas atuariais.

4.2. Premissas para testes de recuperabilidade de ativos (*Impairment*)

O teste de *impairment* é efetuado corporativamente e envolve incerteza relacionada às premissas.

As projeções relacionadas às premissas derivam do plano de negócios e gestão para os primeiros cinco anos, e são consistentes com o plano estratégico para os anos subsequentes.

Mudanças no ambiente econômico podem gerar alterações de premissas e, consequentemente, o reconhecimento de perdas por desvalorização.

Mudanças no ambiente econômico e político podem também resultar em projeções de risco-país mais altas ocasionando elevação nas taxas de desconto usadas nos testes de *impairment*.

4.3. Estimativas relacionadas a processos judiciais e contingências

A Companhia é parte envolvida em diversos processos judiciais e administrativos envolvendo questões cíveis, fiscais, trabalhistas e ambientais decorrente do curso normal de suas operações, cujas estimativas para determinar os valores das obrigações e a probabilidade de saída de recursos são realizadas pela Logigás com base em pareceres de seus assessores jurídicos e nos julgamentos da Administração.

Essas estimativas são realizadas de forma individualizada ou por agrupamento de casos com teses semelhantes e essencialmente levam em consideração fatores como a análise dos pedidos realizados pelos autores, robustez das provas existentes, precedentes jurisprudenciais de casos semelhantes e doutrina sobre o tema. Especificamente para ações trabalhistas de terceirizados, a Companhia estima a perda esperada através de um procedimento estatístico em virtude do volume de ações com características similares.

Decisões arbitrais, judiciais e administrativas em ações contra a Companhia, nova jurisprudência, alterações no conjunto de provas existentes podem resultar na alteração na probabilidade de saída de recursos e suas mensurações mediante análise de seus fundamentos.

Informações sobre processos provisionados e contingências são apresentados na nota explicativa 23.

4.4. Tributos diferidos sobre o lucro

A Companhia utiliza de julgamentos para determinar o reconhecimento e o valor dos tributos diferidos nas demonstrações financeiras. Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos se for provável a existência de lucros tributáveis futuros.

A movimentação do imposto de renda e contribuição diferidos estão apresentados na nota explicativa 15.2.

4.5. Perdas de crédito esperadas

A provisão de perdas de crédito esperadas para ativos financeiros se baseia em premissas de risco de *default*, determinação da ocorrência ou não de aumento significativo no risco de crédito, fator de recuperação, entre outras. A Companhia utiliza julgamento em tais premissas e na seleção dos *inputs* para cálculo das perdas de crédito esperadas.

5. Novas normas e interpretações

As principais normas emitidas pelo IASB que ainda não entraram em vigor e não tiveram sua adoção antecipada pela companhia até 31 de dezembro de 2018 são as seguintes:

5.1. *International Accounting Standards Board (IASB)*

5.1.1. IFRS 16 - "Arrendamento Mercantil"

Em 13 de janeiro de 2016, o IASB emitiu o IFRS 16 - *Leases* (IFRS 16), que passou a vigorar a partir de exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019, em substituição aos seguintes pronunciamentos e interpretações: IAS 17 - *Leases*; IFRIC 4 - *Determining whether an Arrangement contains a Lease*; SIC-15 - *Operating Leases - Incentives*; e SIC-27 - *Evaluating the Substance of Transactions Involving the Legal Form of a Lease*. O IFRS 16 contém princípios para a identificação, o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação de arrendamentos mercantis, tanto por parte de arrendatários como de arrendadores.

Práticas contábeis

Dentre as mudanças para arrendatários, o IFRS 16 eliminou a classificação entre arrendamentos mercantis financeiros e operacionais, passando a existir um único modelo no qual todos os arrendamentos mercantis resultam no reconhecimento de ativos referentes aos direitos de uso dos ativos arrendados e um passivo de arrendamento.

Com a adoção do IFRS 16, a companhia deixa de reconhecer custos e despesas operacionais oriundas de contratos de arrendamento mercantis operacionais e passa a reconhecer em sua demonstração de resultado: (i) os efeitos da depreciação dos direitos de uso dos ativos arrendados; e (ii) a despesa financeira e a variação cambial apuradas com base nos passivos financeiros dos contratos de arrendamento mercantil.

A companhia adotará a isenção no reconhecimento de arrendamentos de curto prazo, sendo os pagamentos de arrendamento associados a esses contratos reconhecidos como despesa do exercício ao longo do prazo do contrato.

Transição

Conforme previsto nas disposições transitórias do IFRS 16, para fins de adoção inicial a companhia adotará o método de abordagem de efeito cumulativo, não rerepresentando suas demonstrações financeiras de períodos anteriores, bem como aplicará os seguintes expedientes:

- Aplicará o pronunciamento aos contratos que foram anteriormente identificados como arrendamento;

- O passivo de arrendamento será mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos remanescentes, líquidos de impostos recuperáveis, quando aplicável, descontado utilizando a taxa incremental sobre empréstimo da companhia na data da aplicação inicial;

- O ativo de direito de uso será reconhecido com base no valor do passivo de arrendamento, ajustado por qualquer pagamento de arrendamento antecipado ou acumulado referente a esse arrendamento, reconhecido no balanço patrimonial imediatamente antes da data da aplicação inicial. Não serão considerados os custos diretos iniciais da mensuração do direito de uso na data da aplicação inicial.

Estimativas e julgamentos relevantes

Considerando que a companhia adotará o método de abordagem de efeito cumulativo, os passivos de arrendamento serão mensurados ao valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes descontados, utilizando taxas incrementais na data de adoção inicial.

Apresentação

Os ativos de direito de uso serão apresentados no Imobilizado, representando principalmente arrendamento de máquinas, equipamentos e edificações. Os passivos de arrendamento serão apresentados em conjunto com os financiamentos.

Nesse sentido, espera-se que as mudanças trazidas pelo IFRS 16 quanto ao reconhecimento, mensuração e apresentação de arrendamentos mercantis ocasionarão, em sua adoção inicial, aumentos de R\$ 12.572 nos saldos de Imobilizados e Financiamentos, respectivamente e, em virtude da mensuração dos ativos de direito de uso ser equivalente ao passivo de arrendamento, tais mudanças não impactarão o Patrimônio Líquido da companhia em 1º de janeiro de 2019.

Na demonstração dos fluxos de caixa, os pagamentos de arrendamentos que atualmente são apresentados atualmente como fluxos de caixa das atividades operacionais, serão apresentados como fluxos de caixa de financiamento, representando os pagamentos de principal e juros. Contudo, essa alteração não gerará impactos na posição líquida do Fluxo de Caixa da companhia.

5.1.2. IFRIC 23 *Uncertainty over Income Tax Treatments* / ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro

A partir de 1º de janeiro de 2019, entrou em vigor a interpretação técnica IFRIC *Interpretation 23 - Uncertainty over Income Tax Treatments* (IFRIC 23), emitida pelo IASB.

O IFRIC 23 esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração no IAS 12 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributos sobre o lucro.

Quando há incerteza sobre tratamentos de tributos sobre o lucro, esta Interpretação trata:

- Se a entidade deve considerar tratamentos fiscais incertos separadamente;

- As premissas que a entidade deve elaborar sobre o exame de tratamentos fiscais por autoridades fiscais;

- Como a entidade deve determinar lucro tributável (prejuízo fiscal), base fiscal, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais; e

- Como a entidade deve considerar mudanças em fatos e circunstâncias.

Conforme previsto nas disposições transitórias do IFRIC 23, a companhia aplicará os requerimentos retrospectivamente, com o efeito cumulativo da adoção reconhecida na data da aplicação inicial como ajuste ao saldo de abertura de lucros acumulados. A companhia não identificou impactos materiais na aplicação do IFRIC 23.

5.2. Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC)

O CPC emite pronunciamentos e interpretações tidos como análogos às IFRS, tal como emitidas pelo IASB. A seguir são apresentados os principais pronunciamentos e interpretações emitidos pelo CPC que ainda não entraram em vigor e não tiveram sua adoção antecipada pela companhia até 31 de dezembro de 2018, bem como os IFRS equivalentes:

Petrobras Logística de Gás S.A.

CNPJ Nº 23.909.766/0001-99 - Empresa do Sistema Petrobras

Pronunciamento ou interpretação do CPC	IFRS equivalente	Data de vigência
ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro	IFRIC 23 - <i>Uncertainty over Income Tax Treatments</i>	1º de janeiro de 2019
CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil	IFRS 16 - <i>Leases</i>	1º de janeiro de 2019

As disposições transitórias e os efeitos esperados de adoção inicial referente a cada pronunciamento ou interpretação do CPC listado acima são os mesmos que foram apresentados para o respectivo IFRS no item 5.1.

6. Caixa e equivalentes de caixa

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Caixa e bancos	97	100	1	1
Aplicações financeiras	27.174	21.589	-	-
Total de caixa e equivalentes de caixa	27.271	21.689	1	1

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Estas aplicações são mantidas no Banco do Brasil S.A. e estão representadas por quotas de fundos de renda fixa, que apresentaram valorização média de 108 % do CDI no exercício, com vencimento inferior a 90 dias.

7. Títulos e valores mobiliários

	Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017
Circulante		
Aplicações financeiras	224.025	206.062

As aplicações financeiras são mantidas no Banco do Brasil S.A. e estão representadas por quotas de fundos de renda fixa, que apresentaram valorização média de 108 % do CDI no período.

8. Contas a receber

8.1. Contas a receber cliente, líquidas

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Cientes				
Terceiros	10.410	9.674	143	145
Partes relacionadas (Nota explicativa 14)	337.894	126.126	162.135	150.996
	348.304	135.800	162.278	151.141
Circulante	348.304	135.800	162.278	151.141

As contas a receber de clientes que eram classificadas de acordo com o IAS 39/CPC 38 na categoria "Recebíveis", após a adoção do IFRS 9/CPC 48, encontram-se classificadas na categoria de custo amortizado.

8.2. Recebíveis de ativos financeiros

Em 31 de dezembro de 2018, o montante de R\$ 329.777 (R\$ 221.661 em 2017), representa os recursos aplicados em quotas seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados (FIDC-NP). O FIDC-NP é destinado preponderantemente à aquisição de direitos creditórios performados e/ou não performados de operações realizadas por subsidiárias e controladas, exclusivo do Sistema Petrobras.

A aplicação desses recursos no FIDC-NP é tratada como "recebíveis", considerando que o lastro desse fundo é principalmente, em direitos creditórios adquiridos e são classificados na categoria de valor justo por meio do resultado.

A exposição da Companhia ao risco de crédito associado aos clientes está divulgada na nota explicativa 24.5.

9. Investimentos

9.1. Investimentos diretos (Controladora)

Empresa Consolidada Controlada	% de Participação direta da Logigás	% no Capital votante	Patrimônio líquido	Lucro líquido do exercício
Transportadora Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. - TBG	51%	51%	515.037	585.865
Empreendimentos controlados em conjunto (i)				
GNL Gemini Com. e Logística de Gás Ltda.	40%	40%	122.963	7.375
Coligada (i)				
Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A. - TSB	25%	25%	21.544	4.918
Outros (ii)				
Gas Transboliviano - GTB	11%	11%	1.162.561	215.929

(i) Para a avaliação dos investimentos pelo método de equivalência na Logigás, relativas aos empreendimentos controlados em conjunto e coligadas foram utilizadas demonstrações contábeis referente ao mês de novembro de 2018.

(ii) Investimento avaliado pelo método de custo

9.2. Mutação dos investimentos (Controladora)

	Resultado de participação em investimentos		Outros resultados abrangentes		Redução/Baixa de Investimento	Saldo em 31.12.2018
	Saldo em 31.12.2017	Dividendos	abran-	mento		
Controladas						
Transportadora Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. - TBG	261.280	298.791	(287.533)	(9.869)	-	262.669
Empreendimentos controlados em conjunto						
GNL Gemini Com. e Logística de Gás Ltda.	46.235	2.950	-	-	-	49.185
Coligada						
Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A. - TSB	6.535	1.229	(1.128)	-	(1.250)	5.386
Subsidiárias, controladas, operações/empreendimentos em conjunto	314.050	302.970	(288.661)	(9.869)	(1.250)	317.240
Investimento na Gas Transboliviano S.A. - GTB, avaliado por método de custo	24.254	-	-	-	-	24.254
Outros (i) (ii)	77	-	-	-	(61)	16
Total dos investimentos	338.381	302.970	(288.661)	(9.869)	(1.311)	341.510

(i) Baixa do investimento na Petrobras Comercializadora de Energia - PBEN com recebimento de caixa.

(ii) Saldo refere-se as ações da Companhia Tim.

9.3. Informações sobre a controlada

Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. - TBG - constituída em 18 de abril de 1997, tem

por objeto social a operação do Gasoduto Bolívia-Brasil, no lado brasileiro, e as atividades associadas ao transporte de gás natural na sua região de influência, incluindo telecomunicação por fibra ótica.

A recuperação dos investimentos no Gasoduto Bolívia-Brasil está garantida pelos contratos de serviços de transporte com duração de 20 a 40 anos, resumidos a seguir, na modalidade ship or pay, na qual os clientes se obrigam a pagar pela capacidade de transporte contratada, independentemente do volume transportado:

i. Contrato de transporte de quantidades básicas (TCQ) - para 18 milhões de m³/dia, com prazo de duração de 20 anos e vigência até dezembro de 2019. A capacidade de transporte disponível a partir de 2020, referente a este contrato, será oferecida aos carregadores interessados através de processo de Chamada Pública, em consonância com a Portaria 472/2017 do MME e as Resoluções nº 15/2014 e nº 11/2016 da ANP. A TBG encaminhou a Minuta do Edital para a ANP em 2018 e a expectativa é de que a promoção da Chamada Pública ocorra a partir de maio de 2019.

ii. Contrato de transporte de quantidades adicionais (TCO) - para 6 milhões de m³/dia, com pagamento antecipado e prazo de duração de 40 anos e vigência até setembro de 2041.

iii. Contrato de transporte de quantidades complementares (TCX) - para 6 milhões de m³/dia, com prazo de duração de 20 anos e vigência até dezembro de 2021.

iv. Contrato de transporte resultante do Concurso Público de Alocação da Capacidade - CPAC 2007 - para uma capacidade adicional de 5,2 milhões de m³/dia no trecho sul do gasoduto, entre Paulínia e Araucária, com prazo de duração de 20 anos e vigência até setembro de 2030.

Os Contratos ora vigentes estão estabelecidos com o cliente Petrobras.

9.4. Participação de acionistas não controladores

O total da participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido da Companhia é de R\$ 252.368, que são atribuíveis aos acionistas não controladores da Transportadora Gasoduto Bolívia-Brasil S.A.

A seguir estão apresentadas suas informações contábeis sumarizadas:

	Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A.	
	31.12.2018	31.12.2017
Ativo circulante	676.249	463.510
Ativo realizável a longo prazo	2.096	1.999
Imobilizado	1.796.765	1.963.877
Outros ativos não circulantes	8.550	10.944
	2.483.660	2.440.330
Passivo circulante	672.373	820.708
Passivo não circulante	1.296.250	1.107.309
Patrimônio líquido	515.037	512.313
	2.483.660	2.440.330
Receita operacional líquida	1.553.487	1.332.188
Lucro líquido do exercício	585.865	541.713
Caixa e equivalentes de caixa gerado no exercício	27.270	21.688

9.5. Informações contábeis resumidas de empreendimentos controlados em conjunto e coligada

A Companhia investe em empreendimentos controlados em conjunto e coligadas no país, cuja atividade, basicamente, está relacionada ao transporte de gás. As informações contábeis resumidas são as seguintes:

	31.12.2018					31.12.2017	
	Empreendimentos controlados em conjunto		Empreendimentos controlados em conjunto			Coligada	
	GNL	TSB	GNL	TMN	TNG	Total	TSB
Ativo Circulante	91.950	7.365	83.772	54	27	83.853	10.787
Ativo Realizável a Longo Prazo	33.295	-	33.328	2	193	33.523	-
Imobilizado	33.635	14.312	35.483	8.094	2	43.579	15.435
Intangível	-	1.043	-	2	3	5	1.130
	158.880	22.720	152.583	8.152	225	160.960	27.352
Passivo Circulante	31.969	844	31.000	23	21	31.044	882
Passivo não circulante	3.948	332	5.995	-	-	5.995	332
Patrimônio Líquido	122.963	21.544	115.588	8.129	204	123.921	26.138
	158.880	22.720	152.583	8.152	225	160.960	27.352
Receita Operacional Líquida	39.761	10.639	41.783	-	-	41.783	10.461
Lucro Líquido do período	7.375	4.918	7.200	(107)	(259)	6.834	4.806
Percentual de Participação - %	40%	25%	40%	45%	50%	40% a 50%	25%

As reestruturações societárias relacionadas as participações societárias da Companhia estão apresentadas na nota 1.1.

10. Imobilizado

10.1. Por tipo de ativos

	Consolidado			
	Terrenos, edificações e benfeitorias	Gasodutos e equipamentos de transporte	Ativos em construção	Total
Saldo em 1º de dezembro de 2017	6.241	2.029.548	51.764	2.087.553
Adições	-	709	58.309	59.018
Baixas	(17)	(6)	-	(23)
Transferências	-	80.516	(83.691)	(3.175)
Depreciação	(54)	(178.098)	-	(178.638)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	5.684	1.932.669	26.382	1.964.735
Custo	11.817	4.587.578	26.382	4.625.777
Depreciação acumulada	(6.133)	(2.654.909)	-	(2.661.042)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	5.684	1.932.669	26.382	1.964.735
Adições	-	241	29.257	29.498
Baixas	-	(4)	-	(4)
Transferências	-	32.830	(45.237)	(12.407)
Depreciação	(529)	(183.671)	-	(184.200)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	5.155	1.782.065	10.402	1.797.622
Custo	11.817	4.620.336	10.402	4.642.555
Depreciação acumulada	(6.662)	(2.838.271)	-	(2.844.933)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	5.155	1.782.065	10.402	1.797.622
Tempo de vida útil médio ponderado em anos (exceto terrenos)	4 a 25	30		

10.2. Abertura por tempo de vida útil estimada - Consolidado

	Gasoduto e equipamentos de transportes e outros bens		
	Custo	Depreciação acumulada	Saldo
Vida útil estimada			
até 5 anos	19.323	(17.533)	1.790
6 - 10 anos	36.048	(30.363)	5.685
26 - 30 anos	4.575.296	(2.797.037)	1.778.259
	4.630.667	(2.844.933)	1.785.734
Edificações e benfeitorias	10.331	(6.662)	3.669
Gasodutos, equipamentos e outros bens	4.620.336	(2.838.271)	1.782.065

A estimativa da vida útil econômica dos equipamentos e outros bens foi revisada em 2018, tendo como base laudos elaborados por avaliadores internos.

Petrobras Logística de Gás S.A.

CNPJ Nº 23.909.766/0001-99 - Empresa do Sistema Petrobras

11. Fornecedores

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Terceiros no país	46.589	48.289	1.587	2.659
Partes relacionadas (Nota explicativa 14)	24.746	60.235	24.746	25.445
Saldo total no Passivo Circulante	71.335	108.524	26.333	28.104

12. Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos se destinam à construção e ampliação da malha de gasodutos, dentre outros usos diversos.

As movimentações dos saldos de longo prazo dos financiamentos são apresentadas a seguir:

	Consolidado		
	Agências multilaterais de crédito	Empréstimo subordinado - Demais Acionistas	Total
Não Circulante			
No exterior			
Saldo em 1º de janeiro de 2017	56.355	83.681	140.036
Variações monetárias e cambiais	920	1.248	2.168
Transferência de Longo Prazo para Curto Prazo	(57.275)	(84.929)	(142.204)
Saldo final em 31 de dezembro de 2017	-	-	-
Circulante			
No exterior			
Saldo em 1º de janeiro de 2018	57.303	86.325	143.628
Variações monetárias e cambiais e juros incorridos	9.488	30.202	39.690
Pagamentos de principal e juros	(66.791)	(116.527)	(183.318)
Saldo final em 31 de dezembro de 2018	-	-	-
Consolidado			
31.12.2018 31.12.2017			
Circulante			
Parcela Circulante do Endividamento de Longo Prazo	-	-	142.129
Juros Provisoriados	-	-	1.499
	-	-	143.628

12.1. Empréstimos subordinados

Conforme previsto no "Acordo de Acionistas da TBG para Aporte de Capital e outras Avenças", a captação dos recursos necessários ao financiamento da construção do Gasoduto Bolívia-Brasil incluiu aportes de recursos dos acionistas no montante de US\$ 310 milhões, destinados a compor o orçamento básico do empreendimento. Deste total, 59% foram registrados como empréstimos subordinados e 41% como capital social, ambos integralizados na proporção da participação societária de cada acionista.

Até abril de 2000, os acionistas eram responsáveis, ainda, pelos financiamentos dos gastos administrativos da TBG, que totalizaram US\$ 19 milhões. Deste total, 50% foram registrados como empréstimos subordinados e 50% como capital integralizado, também na proporção da participação societária de cada acionista.

Os empréstimos junto às agências multilaterais de crédito e às agências de crédito à exportação têm condição prioritária de liquidação e por isso são qualificados como dívidas sênior. Os empréstimos obtidos junto aos acionistas deverão ter liquidação subsequente e por isso são qualificados como empréstimos subordinados. Ambos possuem características de longo prazo.

Os empréstimos subordinados totalizam US\$ 192,4 milhões remunerados à taxa de juros de 15% a.a., cujo pagamento do principal ocorrerá após a liquidação dos financiamentos das agências multilaterais de crédito. Em 2016 foi autorizada pelos detentores das dívidas sênior a amortização de um total de

	Consolidado			Controladora		
	31.12.2018	31.12.2017	Total	31.12.2018	31.12.2017	Total
Ativo						
Circulante						
Contas a receber, principalmente por transporte de gás natural	139.677	1.315	140.992	119.852	1.434	121.286
Efeito cambial sobre a tarifa - 2019 (nota 13.1.1)	189.443	-	189.443	-	-	-
Dividendos a receber	-	7.459	7.459	6.274	-	149.395
Empréstimos concedidos	-	-	-	-	-	-
Encargos s/ empréstimos concedidos	-	-	-	-	-	-
	329.120	8.774	337.894	126.126	1.434	151.927
	329.120	8.774	337.894	126.126	1.434	151.927
Passivo						
Circulante						
Adiantamento de cliente - capacidade de transporte (nota 13.1.2)	59.301	-	59.301	52.014	-	-
Fornecedores vinculados à repasse de gastos	24.666	-	24.666	25.228	24.666	24.666
Efeito cambial sobre a tarifa - 2018 (nota 13.1.1)	-	-	-	34.789	-	-
Dividendos propostos	80.232	-	80.232	146.810	-	-
Outras contas a pagar - cessão faixa de servidão	2.187	-	2.187	2.187	-	-
Outras contas a pagar	-	80	80	218	-	80
	166.386	80	166.466	261.246	-	80
	166.386	80	166.466	261.246	-	80
Não circulante						
Adiantamento de cliente - capacidade de transporte (nota 13.1.2)	779.352	-	779.352	753.794	-	-
Outras Contas a pagar - cessão faixa de servidão	3.437	-	3.437	5.624	-	-
	782.789	-	782.789	759.418	-	-
	782.789	-	782.789	759.418	-	-
	949.175	80	949.255	1.020.664	104.898	80
	949.175	80	949.255	1.020.664	104.898	80
Resultado						
Receita bruta de serviços	1.877.983	-	1.877.983	1.629.073	-	-
Variações monetárias e cambiais líquidas	(110.090)	-	(110.090)	(8.194)	(7.696)	23.634
Receitas financeiras líquidas	-	-	-	-	-	14.631
	1.767.893	-	1.767.893	1.620.879	(7.696)	38.265
	1.767.893	-	1.767.893	1.620.879	(7.696)	38.265

As principais operações realizadas com as partes relacionadas referem-se a contas a pagar à Petrobras, decorrentes de repasse de gastos na construção do Gasoduto Bolívia-Brasil; adiantamentos de fornecedores compatíveis com os de mercado para operações semelhantes; recebimentos efetuados pela Petrobras referentes ao contrato de compra antecipada de capacidade de transporte (TCO) e que se destinaram ao financiamento da construção do gasoduto, sujeitos à atualização com base na taxa do dólar norte-americano e financiamentos realizados entre a controladora da Petrobras Logística de Gás S.A. e instituições financeiras para aquisição de materiais e equipamentos, repassados à TBG mediante contratos e nas mesmas condições contratadas.

Quanto ao relacionamento da TBG com a Petrobras, que envolve transações comerciais relativas ao transporte de gás natural, são realizadas por preços ajustados em contratos com cláusulas de "Ship-or-Pay" de longo prazo. Pela especificidade do empreendimento não há referencial de preço de mercado que possa ser usado neste caso, entretanto as tarifas firmadas suportam a recuperação econômica dos investimentos realizados.

14.1.1. Efeito cambial sobre a tarifa da TBG

De acordo com termos contratuais, a tarifa de transporte praticada no ano é fixada em janeiro e mensalmente é calculada a diferença entre o valor apurado em reais com a paridade do dólar norte-americano do dia do recebimento, e a tarifa fixada em reais no início do ano. As diferenças apuradas mensalmente são registradas no resultado do exercício em que são apuradas, gerando um valor a receber ou a ressarcir à Petrobras, mediante compensação na tarifa de transporte do ano seguinte, considerando as quantidades previstas nos contratos. Até 31 de dezembro de 2018 foi apurado o montante de R\$ 189.443 a ser recuperado, via aumento de tarifa, no ano de 2019 (em 2017 foi apurado o montante de R\$ 34.789, devolvido em 2018 via redução da tarifa).

US\$ 140 milhões, resultando um saldo de US\$ 52,4 milhões que foi liquidado em dezembro de 2018.

12.2. Financiamentos de agências multilaterais de crédito

Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)

Contrato de US\$ 240 milhões à taxa de juros LIBOR (variável determinada pelo IADB rate do BID), que em 31 de dezembro de 2017 foi de 1,58%, mais spread de 1,35% a.a. totalizando 2,93% a.a. A totalidade do valor contratado foi sacada até dezembro de 2001 e o vencimento da última parcela foi em 15 de dezembro de 2018.

Banco Europeu de Investimento (BEI)

Contrato de US\$ 60 milhões à taxa de juros determinada pelo Banco (EIB internal rate), fixada em 7,09% a.a. O valor total contratado foi sacado de uma só vez em 1999 e o vencimento da última parcela foi em 15 de junho de 2018.

Para os períodos findos em 31.12.2018 e 31.12.2017, a Companhia cumpriu com todas as cláusulas restritivas ("covenants").

13. Arrendamentos mercantis

13.1. Pagamentos mínimos de arrendamento mercantil operacional

	2018
2019	5.196
2020	4.233
2021	4.233
2022	1.395
Total	15.057

As operações de arrendamento mercantil operacional tem como base normativa o IFRS 16 a partir de 1º de janeiro de 2019, conforme nota explicativa 5.1.

14. Partes relacionadas

14.1. Transações comerciais e outras operações

A Companhia possui política de Transações com Partes Relacionadas do Sistema Petrobras, que visa estabelecer regras para assegurar que todas as decisões envolvendo partes relacionadas e situações com potencial conflito de interesses respeitem a legislação e as partes envolvidas nas negociações.

Esta política orienta as empresas do grupo Petrobras e sua força de trabalho na celebração de Transações com Partes Relacionadas e em situações em que haja potencial conflito de interesses nestas operações, de forma a assegurar os interesses da Companhia, alinhada à transparência nos processos e às melhores práticas de Governança Corporativa, com base nas seguintes regras e princípios:

- Priorização dos interesses da Companhia independente da contraparte no negócio;
- Aplicação de condições estritamente comutativas, prezando pela transparência, equidade e interesses da Companhia;
- Condução de transações sem conflito de interesses e em observância às condições de mercado, especialmente no que diz respeito a prazos, preços e garantias, conforme aplicável, ou com pagamento compensatório adequado; e
- Divulgação de forma adequada e tempestiva em observância à legislação vigente.

A política também visa garantir a adequada e diligente tomada de decisões por parte da Administração da Companhia.

14.1.2. Adiantamentos recebidos pela TBG da Petrobras

Refere-se a valor recebido em adiantamento do contrato TCO, aportado pela Petrobras, equivalente a US\$ 302 milhões, que foi destinado ao financiamento da construção do Gasoduto Bolívia-Brasil conforme previsto no "Acordo de Acionistas da TBG para Aporte de Capital e outras Avenças", e está sendo liquidado por meio da prestação de serviços num período de 40 anos, a partir de 2001.

Inclui também pré-pagamento para financiamento de expansão do trecho sul, que está sendo liquidado através da prestação de serviço num período de 20 anos, a partir de outubro de 2010, e novas estações de entrega, que serão liquidados através da prestação de serviço, após o término de cada obra.

Inclui também o pré-pagamento do aluguel de uma parte da faixa de servidão (área de passagem) do gasoduto pelo período de 20 anos, a partir de 25 de julho de 2001. Inicialmente este contrato foi assinado com a Gaspetro e em 1º de junho de 2012 foi cedido para a Petrobras.

14.2. Remuneração da administração da Companhia

Os honorários do Conselho de Administração são fixados em Assembleia Geral de Acionistas, enquanto a remuneração da diretoria executiva é individualizada pelo Conselho de Administração.

Foi deliberada a fixação do montante global de R\$ 4.995 válida para o período compreendido entre abril de 2018 e março de 2019. A remuneração dos membros do Conselho de Administração da Companhia foi objeto de deliberação da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 25 de abril de 2018.

Petrobras Logística de Gás S.A.

CNPJ Nº 23.909.766/0001-99 - Empresa do Sistema Petrobras

15. Tributos

15.1. Tributos correntes

	Consolidado			
	Ativo Circulante		Passivo Circulante	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Imposto de renda sobre o lucro	10.208	9.960	62.578	36.627
Contribuição social sobre o lucro	1.950	1.846	26.660	16.052
	12.158	11.806	89.238	52.679

	Controladora			
	Ativo Circulante		Passivo Circulante	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Imposto de renda sobre o lucro	10.208	9.960	862	-
Contribuição social sobre o lucro	1.950	1.846	1.067	1.936
	12.158	11.806	1.929	1.936

	Consolidado			
	Ativo Circulante		Passivo Circulante	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
ICMS	-	3.709	28.124	8.748
PIS/COFINS	28	8.069	37.470	17.790
Imposto de renda e contribuição social retidos na fonte	3.980	16.288	215	191
Outros	-	-	1.418	1.323
	4.008	28.066	67.227	28.052

	Controladora			
	Ativo Circulante		Passivo Circulante	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
PIS/COFINS	-	59	193	281
Imposto de renda e contribuição social retidos na fonte	-	6.212	6	3
Outros	-	-	11	68
	-	6.271	210	352

15.2. Imposto de renda e contribuição social diferidos - não circulante

Os fundamentos e as expectativas para realização estão apresentados a seguir:

a) A movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos está apresentada a seguir:

	Consolidado				Contro- ladora
	Emprésti- mos, contas a receber/ pagar e finan- ciamento	Outros	Total		
			Total	Total	
Em 1º de janeiro de 2017	(279.618)	128.659	23.169	(127.790)	4.347
Reconhecido no resultado do exercício	(91.483)	(65.641)	(3.176)	(160.300)	(4.347)
Reconhecido no patrimônio líquido	-	-	(2.378)	(2.378)	-
Em 31 de dezembro de 2017	(371.101)	63.018	17.615	(290.468)	-
Reconhecido no resultado do exercício	(92.000)	(50.380)	7.552	(134.828)	(481)
Em 31 de dezembro de 2018	(463.101)	12.638	25.167	(425.296)	(481)
Impostos diferidos ativos				-	-
Impostos diferidos passivos				(290.468)	-
Em 31 de dezembro de 2017				(290.468)	-
Impostos diferidos ativos				-	-
Impostos diferidos passivos				(425.296)	(481)
Em 31 de dezembro de 2018				(425.296)	(481)

b) Realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos

A administração considera que os créditos fiscais diferidos ativos serão realizados na proporção da realização das provisões e da resolução final dos eventos futuros, ambos baseados em projeções efetuadas.

Em 31 de dezembro de 2018, a expectativa de realização dos ativos e passivos fiscais diferidos é a seguinte:

	Imposto de renda e CSLL diferidos, líquidos	
	Consolidado	
	2018	2017
2019		129.952
2020		(54.048)
2021		(54.048)
2022		(54.048)
2023		(54.048)
2024 em diante		(339.056)
		(425.296)

15.3. Reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos tributos registrados estão apresentados a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
	Lucro antes dos impostos	938.853	885.207	349.519
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	(319.210)	(300.970)	(118.836)	(114.753)
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:				
Baixa de IR/CS diferidos	-	(4.347)	-	(4.347)
Participação em controladas e coligadas	1.421	2.649	103.010	95.896
Despesa com benefício de plano de saúde	(3.350)	(3.377)	-	-
Exclusões/(adições) permanentes, líquidas	7.179	(1.941)	4.126	(5.230)
Imposto de renda e contribuição social	(313.960)	(307.986)	(11.700)	(28.434)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(134.828)	(160.300)	(481)	(4.347)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(179.132)	(147.686)	(11.219)	(24.087)
Total	(313.960)	(307.986)	(11.700)	(28.434)
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	33,44%	34,79%	3,35%	8,42%

16. Benefícios concedidos a empregados

Os saldos relativos aos benefícios concedidos a empregados estão representados a seguir:

	Consolidado	
	2018	2017
	Passivo não circulante	
Plano de Pensão Petros 2	16.362	14.804
Plano de Saúde AMS	72.284	42.619
	88.646	57.423

16.1. Plano Petros 2 - Fundação Petrobras de Seguridade Social

A gestão do plano de previdência complementar da Companhia é responsabilidade da Fundação Petrobras de Seguridade Social (Petros) que foi constituída pela Petrobras como uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira.

A partir de 1º de agosto de 2009 a TBG implementou o Plano de Previdência Complementar, denominado Plano Petros TBG, que foi estabelecido na modalidade de contribuição definida, para os benefícios previdenciários e possui contribuição variável para os benefícios de risco. Em fevereiro de 2012 foi efetivada a migração de todos os empregados da TBG do plano Petros TBG para o plano Petros 2.

A parcela desse plano com característica de benefício definido refere-se à cobertura de risco com invalidez e morte, garantia de um benefício mínimo e renda vitalícia, sendo que os compromissos atuariais

relacionados estão registrados de acordo com o método da unidade de crédito projetada. A parcela do plano com característica de contribuição definida destina-se à formação de reserva para aposentadoria programada, cujas contribuições são reconhecidas no resultado de acordo com o pagamento.

A parcela da contribuição com característica de benefício definido está suspensa entre 1º de julho de 2012 a 30 de junho de 2019, conforme decisão do Conselho Deliberativo da Fundação Petros, que se baseou na recomendação da Consultoria Atuarial da Fundação. Dessa forma, toda contribuição deste período está sendo destinada para conta individual do participante.

As contribuições esperadas das patrocinadoras, para 2019, são de R\$ 2.430, referentes à parcela de contribuição definida.

16.2. Plano de Saúde - Assistência Multidisciplinar de Saúde (AMS)

A Transportadora Brasileira Gasodutos Brasil Bolívia - TBG mantém um plano de assistência médica (AMS), que cobre todos os empregados do Brasil (ativos e inativos) e dependentes. O plano é administrado pela própria Companhia e sua gestão é baseada em princípios de autossustentabilidade do benefício, e conta com programas preventivos e de atenção à saúde. O principal risco atrelado a benefícios de saúde é o relativo ao ritmo de crescimento dos custos médicos, que decorre tanto da implantação de novas tecnologias e inclusão de novas coberturas quanto de um maior consumo de saúde. Nesse sentido, a Companhia busca mitigar esse risco por meio de aperfeiçoamento contínuo de seus procedimentos técnicos e administrativos, bem como aprimoramento dos diversos programas oferecidos aos beneficiários.

Os funcionários contribuem com uma parcela mensal pré-definida para cobertura de grande risco e com uma parcela de gastos incorridos referentes às demais coberturas, ambas estabelecidas conforme tabelas de participação baseadas em determinados parâmetros, incluindo níveis salariais, além do benefício farmácia que prevê condições especiais de aquisição, em farmácias cadastradas distribuídas em todo o território nacional, de certos medicamentos. O plano de assistência médica não está coberto por ativos garantidores. O pagamento dos benefícios é efetuado pela Companhia com base nos custos incorridos pelos participantes.

16.3. Resoluções CGPAR

Em 18 de janeiro de 2018, a Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração da União (CGPAR), através das Resoluções nº 22 e 23 de 18 de janeiro de 2018, estabeleceu diretrizes e parâmetros de governança e de limites de custeio das empresas estatais federais sobre benefícios de assistência à saúde na modalidade de autogestão.

O objetivo principal das resoluções é viabilizar a sustentabilidade e o equilíbrio econômico-financeiro e atuarial dos planos de saúde das empresas estatais.

As empresas têm até 48 meses para adequação de seus planos às novas regras. Está em estudo os impactos que a implementação da Resolução CGPAR nº 23 poderá causar no plano AMS, dentre eles, uma provável redução no passivo atuarial, tendo em vista a mudança da regra de participação da empresa no custeio do plano, que passará a respeitar limite paritário, entre a companhia e os participantes.

16.4. Movimentação do passivo atuarial

	Consolidado					
	2018			2017		
	Plano de Pensão Petros 2	Plano de Saúde AMS	Total	Plano de Pensão Petros 2	Plano de Saúde AMS	Total
Movimentação do valor presente das obrigações atuariais						
Obrigação atuarial no início do exercício	14.804	42.608	57.412	12.935	39.912	52.847
Custos reconhecidos no resultado	2.290	9.854	12.144	2.672	9.933	12.605
Outros resultados abrangentes	(732)	19.835	19.103	(803)	(7.226)	(8.029)
Obrigação atuarial no final do exercício	16.362	72.297	88.659	14.804	42.619	57.423
Valores reconhecidos no balanço patrimonial						
Valor presente das obrigações	26.448	72.284	98.732	19.567	42.608	62.175
(-) Valor justo dos ativos do plano	(10.085)	-	(10.085)	(4.763)	-	(4.763)
Passivo atuarial líquido em 31 de dezembro	16.363	72.284	88.647	14.804	42.608	57.412
Remensurações atuariais:						
Perdas (ganhos)/experiência demográfica	(51)	817	766	(2.093)	(1.630)	(3.723)
Perdas (ganhos)/hipóteses demográficas	-	4.423	4.423	(1.484)	(1.670)	(3.154)
Perdas (ganhos)/hipóteses financeiras	4.725	14.596	19.321	2.767	(3.926)	(1.159)
Rendimento Sobre os Ativos do Plano (Maior)/Menor que a Taxa de Desconto	(5.406)	-	(5.406)	7	-	7
Total de remensurações registradas no ORA	(732)	19.836	19.104	(803)	(7.226)	(8.029)

16.5. Participação nos lucros ou resultados

A participação dos empregados nos lucros ou resultados (PLR) tem por base as disposições legais vigentes, bem como as diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e pelo Ministério de Minas e Energia, estando relacionada ao lucro líquido consolidado atribuível aos acionistas da Petrobras.

No exercício de 2018, a Companhia, fundamentada nas premissas em referência, provisionou R\$ 10.092 (R\$ 2.836 em 2017) de PLR.

17. Patrimônio líquido

17.1. Capital social realizado

Em 31 de dezembro de 2018 o capital subscrito e integralizado no valor de R\$ 434.869 está representado por 286.372 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

Em 26 de outubro de 2017, conforme deliberação em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, foi aprovada a redução de capital da Logigás, no montante de R\$ 522.581, por excessividade de capital e este valor foi restituído à Petrobras em 27 de dezembro de 2017.

17.2. Reservas de Lucros

a) Reserva legal

Constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações, limitada a 20% do capital social.

17.3. Dividendos

No exercício de 2017 o dividendo mínimo obrigatório não poderia ser inferior a 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido ajustado, na forma da Lei das Sociedades por Ações.

Em Assembleia Geral Extraordinária da Petrobras Logística de Gás S.A., realizada em 14 de dezembro de 2018, foi aprovada a alteração do percentual mínimo dos dividendos obrigatórios para 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado.

A proposta do dividendo relativo ao exercício de 2018, que está sendo encaminhado pela administração da Logigás à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral Ordinária de 2018, no montante de R\$ 320.928, atende aos direitos garantidos aos acionistas.

Demonstração do lucro básico para cálculo de dividendos:

	31.12.2018	31.12.2017
Lucro líquido do exercício (Controladora)	337.819	309.075
Apropriação:		
Reserva legal	(16.891)	(15.454)
Lucro básico para determinação do dividendo	320.928	293.621

	31.12.2018	31.12.2017
Dividendos mínimos obrigatórios equivalente a 25% do lucro básico - R\$ 0,28 por ação ordinária (Em 2017, equivalente a 50% do lucro básico - R\$ 0,51 por ação ordinária)	80.232	146.810
Dividendos adicionais propostos - R\$ 0,84 por ação ordinária (Em 2017, R\$ 0,51 por ação ordinária)	240.696	146.811
Total de dividendos propostos	320.928	293.621

17.4. Resultado por ação

	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
Lucro líquido atribuível ao acionista da Petrobras Logística de Gás S.A.	337.819	311.781	337.819	309.075
Quantidade de ações ordinárias	286.372	286.372	286.372	286.372
Lucro líquido básico e diluído por ação ordinária (R\$ por ação)	1.179,65	1.088,73	1.179,65	1.079,28

Petrobras Logística de Gás S.A.

CNPJ Nº 23.909.766/0001-99 - Empresa do Sistema Petrobras

18. Receita de serviços

	Consolidado	
	2018	2017
Receita bruta de serviços	1.568.051	1.389.333
Receita bruta de direitos não exercidos (breakage)	309.932	239.740
Total de receita bruta de serviços	1.877.983	1.629.073
Encargos sobre serviços	(324.496)	(296.885)
Receita de serviços	1.553.487	1.332.188

O aumento da receita de serviços, decorre principalmente do efeito cambial sobre a tarifa de serviços de transportes de gás natural canalizado.

19. Outras despesas (receitas) líquidas

	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
Receita de dividendos (GTB)	22.052	18.575	22.052	18.575
Reversão/Despesa com provisões para perda com processos judiciais	4.693	2	4.693	2
Multas contratuais	42	188	42	189
Provisão para recuperação de terreno - ICC	-	(19.999)	-	(19.999)
Participação nos lucros ou resultados	(10.092)	(2.836)	-	-
Outras, líquidas	288	145	252	-
Total	16.983	(3.925)	27.039	(1.233)

20. Custos e Despesas por natureza

	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
Depreciação e amortização	(188.411)	(182.263)	-	-
Gastos com pessoal	(181.284)	(164.655)	(13.527)	(12.488)
Serviços contratados	(69.708)	(77.182)	(9.673)	(7.406)
Consumo de materiais e de energia	(42.002)	(16.433)	-	-
Aluguel de equipamentos, compressores e serviços de compressão	(18.634)	(18.899)	-	-
Tributárias	(4.451)	(7.662)	(3.566)	(5.531)
Reversão/Despesa com provisões de contingências	4.693	2	4.693	2
Dividendos de investimentos ao custo (GTB)	22.052	18.575	22.052	18.575
Provisão para recuperação de terreno - ICC	-	(19.999)	-	(19.999)
Outros	(20.621)	(19.375)	294	189
Total	(498.366)	(487.891)	273	(26.658)
Na Demonstração do Resultado				
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(385.976)	(359.557)	-	-
Despesas gerais e administrativas	(124.922)	(116.747)	(23.200)	(19.894)
Tributárias	(4.451)	(7.662)	(3.566)	(5.531)
Outras receitas líquidas	16.983	(3.925)	27.039	(1.233)
Total	(498.366)	(487.891)	273	(26.658)

O incremento no custo de Consumo de Materiais e Energia consolidado (R\$ 25.559), decorreu basicamente em função da alteração do regime de tributação do ICMS sobre o gás consumido.

21. Resultado financeiro líquido

	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
Despesas com endividamentos	(15.785)	(16.774)	-	-
Variações cambiais e monetárias s/ endividamento líquido	(126.299)	(11.278)	-	-
Resultado financeiro sobre endividamento líquido	(142.084)	(28.052)	-	-
Receita com aplicações financeiras	1.930	3.712	-	-
Resultado com recebíveis de ativos financeiros	14.258	69.796	14.258	69.796
Resultado com títulos e valores mobiliários	15.908	35.429	-	-
Resultado com empréstimos concedidos	-	-	14.631	12.842
Outras despesas e receitas financeiras líquidas	86	(4.840)	837	(11)
Variações monetárias s/ dividendos propostos e a receber	(14.174)	(41.914)	(956)	(2.818)
Outras variações cambiais e monetárias líquidas	3.629	(1.012)	17.506	2.311
Resultado financeiro líquido	(120.447)	33.119	46.276	82.120
Receitas	32.890	109.833	29.730	82.638
Despesas	(16.493)	(22.510)	(4)	(11)
Variações cambiais e monetárias, líquidas	(136.844)	(54.204)	16.550	(507)
Total	(120.447)	33.119	46.276	82.120

22. Informações complementares à demonstração do fluxo de caixa

	Consolidado	
	2018	2017
Valores pagos e recebidos durante o período		
Imposto de renda e contribuição social	102.585	284.339
Imposto de renda retido na fonte de terceiros	30.558	31.449

23. Processos judiciais e contingências

23.1. Processos judiciais provisionados

A Companhia constituiu provisões em montante suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis e para os quais possa ser feita uma estimativa confiável.

O s valores provisionados são os seguintes:

	Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017
Provisão para recuperação ambiental	19.999	24.721
Provisão para contingência fiscal	815	786
Total	20.814	25.507
Passivo circulante	-	4.722
Passivo não circulante	20.814	20.785

Em 31 de dezembro de 2018, o montante de R\$ 19.999, refere-se à provisão de gastos com recuperação ambiental das áreas degradadas (terrenos) utilizadas pela extinta Indústria Carboquímica Catarinense S/A - ICC (incorporada pela Logigás), localizada no estado de Santa Catarina.

A movimentação em 2018 refere-se, principalmente à reversão de parte da provisão para com gastos ambientais, no montante de R\$ 4.722, com base na opinião da assessoria jurídica da Companhia.

23.2. Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas:

	Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017
Ativo não circulante		
Trabalhistas	6	-
Fiscais	2.241	2.134
Cíveis	2.188	1.999
Total	4.435	4.133

23.3. Processos judiciais não provisionados

Os processos judiciais que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou para os quais não seja possível fazer uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação, bem como aqueles que não constituem obrigações presentes, não são reconhecidos mas são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de saída de recursos.

Os passivos contingentes estimados para os processos judiciais em 31 de dezembro de 2018 para os quais a probabilidade de perda é considerada possível são apresentadas na tabela a seguir:

	Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017
Natureza		
Cíveis	419.368	384.529
Trabalhistas	34.663	2.346
Fiscais	62.548	63.263
Outros	7.912	664
Total	524.491	450.802

O quadro a seguir detalha as principais causas de natureza cível, cujas expectativas de perdas estão classificadas como possível:

Descrição do processo de natureza cível

	Estimativa	
	2018	2017
Autor: MPE Montagens e Projetos Especiais S.A. (TBG)		
1) Indenização de perdas e danos por desequilíbrio econômico-financeiro do contrato		
Situação atual: Processo em fase de instrutória. Aguarda-se a intimação das partes para manifestação sobre o laudo pericial.	254.000	223.487
Autor: Mendes Junior Trading e Engenharia Ltda (TBG)		
2) Indenização por conta de prejuízos na execução de serviços contratados		
Situação atual: Publicada sentença reconhecendo a ocorrência da prescrição da pretensão autoral. Apelação da Mendes Jr. Julgada improcedente. A empresa apresentou Recurso Especial que aguarda julgamento no Superior Tribunal de Justiça.	114.000	100.177
Autor: MPE Montagens e Projetos Especiais S.A. (TBG)		
3) Ressarcimento por supostos prejuízos e custos adicionais na construção da ECOMP de Capão Bonito - SP - TBG		
Situação atual: Processo em fase instrutória. Aguarda-se a apresentação do Laudo pelo Perito do juízo.	28.000	25.000
4) Outros (TBG)	22.797	35.861
5) Outros (Petrobras Logística de Gás)	571	4
Total de processos de natureza cível	419.368	384.529

Descrição do processo de natureza fiscal

	Estimativa	
	2018	2017
Autor: União Federal - SRF Previdenciária (Petrobras Logística de Gás S.A.)		
1) Crédito tributário relativo ao não recolhimento pela Petrobras, Gaspetro, BR e Transpetro (Resp. Solidária) das contribuições a cargo de segurados contribuintes individuais a seu serviço.		
Situação atual: Responsabilidade solidária com Petrobras. Processo Administrativo julgado desfavoravelmente às Partes na 1ª instância.	32.566	31.845
Autor: União Federal - SRF Previdenciária (Petrobras Logística de Gás S.A.)		
2) Crédito tributário relativo ao não recolhimento pela Petrobras, Gaspetro, BR e Transpetro (Resp. Solidária) das contribuições a cargo de segurados contribuintes individuais a seu serviço.		
Situação atual: Responsabilidade solidária com Petrobras. Processo Administrativo julgado desfavoravelmente à GASPETRO. Petrobras ajuizou ação de anulação de débito.	12.807	12.487
3) Outros (TBG)	9.466	10.611
4) Outros (Petrobras Logística de Gás)	7.709	8.320
Total de processos de natureza fiscais	62.548	63.263

23.4. Contingências ativas (não contabilizadas)

A TBG ajuizou em agosto de 2008 Mandado de Segurança para excluir das bases de cálculo do PIS e da COFINS os valores pagos a título de ICMS. Há repercussão geral da questão constitucional versada nos autos do Mandado de Segurança com encaminhamento do recurso para 4ª Turma Especializada do TRF - 2ª Região para nova análise da matéria, tendo em vista o julgamento pelo Supremo Tribunal Federal do RE nº 574.706/PR, representativo da matéria versada nos presentes autos e a aparente divergência do acórdão recorrido com o entendimento do STF, para que, se assim for entendido, haja a devida adequação. Em 11.12.2018, foi publicada decisão negando seguimento ao Recurso Extraordinário interposto pela União. Os valores envolvidos estão em análise e não podem ser razoavelmente estimados neste momento.

24. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

24.1. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar sua liquidez e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a companhia não efetuou aplicações de caráter especulativo. Os resultados estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 não foram identificados derivativos embutidos.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da empresa em 31 de dezembro de 2018 e 2017 e estão demonstradas abaixo:

	Consolidado	
	2018	2017
Ativo		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	27.271	21.689
Títulos e valores mobiliários	224.025	206.062
Contas a receber cliente, líquidas	348.304	135.800
Contas a receber FIDC	329.777	221.661
Depósitos judiciais	4.435	4.133
Total	933.812	589.345
Passivo		
Circulante		
Fornecedores	71.335	108.524
Financiamentos	-	143.628
Total	71.335	252.152

24.2. Mensuração dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da companhia estão mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado conforme nota explicativa 3.2.1. Os valores justos destes instrumentos financeiros são equivalentes aos seus valores contábeis.

A gestão da Logigás é realizada por seus diretores, com base na política corporativa para gerenciamento de riscos da sua controladora Petrobras. A gestão de riscos corporativos insere-se no compromisso da Companhia de atuar de forma ética e em conformidade com os requisitos legais e regulatórios, visando contribuir para um balanço adequado entre os seus objetivos de crescimento e retorno e seu nível de exposição a riscos, quer inerentes ao próprio exercício das suas atividades, quer decorrentes do contexto em que ela opera, de modo que, através da alocação efetiva dos seus recursos físicos, financeiros e humanos, a Companhia possa atingir suas metas estratégicas.

As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

24.3. Risco cambial

No que se refere ao gerenciamento dos riscos cambiais, é feito de forma corporativa pela controladora Petrobras, que busca identificá-los e tratá-los de forma integrada, visando garantir alocação eficiente dos recursos destinados à proteção patrimonial.

O risco cambial decorre da possibilidade de oscilações de taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia e suas controladas para a aquisição de equipamentos ou serviços. A Companhia e suas controladas avaliam permanentemente essas oscilações, procurando renegociar suas dívidas na medida em que essas impactam significativamente seus fluxos financeiros.

Na TBG os adiantamentos recebidos da Petrobras por conta de capacidade de transporte, cujo saldo em 31 de dezembro de 2018 era de R\$ 838.653, não foram considerados em risco, tendo em vista que sua liquidação dar-se-á através da prestação de serviços de transporte.

As receitas de serviços de transporte da TBG são atreladas à variação do dólar norte-americano, conferindo proteção cambial natural ao longo prazo.

24.4. Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas sofrerem ganhos ou perdas relativos às oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação

Petrobras Logística de Gás S.A.

CNPJ Nº 23.909.766/0001-99 - Empresa do Sistema Petrobras

desse tipo de risco, a Companhia e suas controladas seguem as orientações corporativas para as empresas do sistema Petrobras.

24.5. Risco de crédito

A Companhia está exposta ao risco de crédito das instituições financeiras decorrentes da administração de seu caixa, que é feita com base nas orientações corporativas de sua controladora Petrobras. Tal risco consiste na impossibilidade de saque ou resgate dos valores depositados e da possibilidade do não recebimento dos investimentos em recebíveis de ativos financeiros. A exposição máxima ao risco de crédito está representada pelos saldos de caixa e equivalentes de caixa e investimentos em recebíveis de ativos financeiros em 31 de dezembro de 2018. Também é representado por contas a receber, o que, no entanto, é atenuado por possuir como único cliente a sua controladora Petrobras.

A administração avalia que os riscos de crédito associados aos saldos de valores em custódia e investimento em recebíveis de ativos financeiros são reduzidos, em função de suas operações serem realizadas com base em análise e orientações corporativas de sua controladora Petrobras e com instituições financeiras brasileiras de reconhecida liquidez.

24.6. Risco de Liquidez

O risco de liquidez da Companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de caixa ou outros ativos financeiros, para liquidar as obrigações nas datas previstas.

A Companhia utiliza seus recursos principalmente com despesas de capital, pagamentos de dividendos e refinanciamento da dívida. O risco de liquidez da Companhia é administrado de forma corporativa pela controladora Petrobras.

24.7. Seguros

Para proteção de seu patrimônio a Logigás transfere, através da contratação de seguros, os riscos que, na eventualidade de ocorrência de sinistros, possam acarretar prejuízos que impactem, significativamente, o patrimônio da Companhia, bem como os riscos sujeitos a seguro obrigatório, seja por disposições legais ou contratuais.

As coberturas foram contratadas pela Petrobras em nome da TBG.

As premissas de riscos adotadas não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras. Conseqüentemente não foram examinados pelos nossos auditores independentes.

Riscos Segurados	US\$ milhões	
	Valor em risco	Limite máximo de indenização
Danos Materiais	11.291	180
Perda de receita bruta	134	134
Responsabilidade civil	250	250

DIRETORIA EXECUTIVA

MAURICIO MARTINS DA SILVA
Diretor Presidente

JOÃO CARLOS TRIGO DE LOUREIRO
Diretor

ROGÉRIO AFONSO RIBEIRO
Contador - CRC - RJ - 087118/O-3

PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE O RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO, AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E A PROPOSTA PARA DESTINAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

O Conselho Fiscal da Petrobras Logística de Gás S.A., no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, e, considerando o respectivo Parecer dos Auditores Independentes, à luz da legislação societária vigente, é da opinião de que as referidas Demonstrações Financeiras e o Relatório da Administração estão em condições de serem submetidos à deliberação da Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Companhia.

O Conselho Fiscal, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, tendo também examinado a proposta da Administração para a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, é da opinião de que a mesma encontra-se apta a ser submetida à Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Companhia.

Rio de Janeiro, 27 de março de 2019.

Cristiano Silveira Freixo
Conselheiro
Presidente

Ana Paula Franca Vieira Zettel
Conselheira

Viviane Aparecida Silva Varga
Conselheira
(voto por mensagem eletrônica)

PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO DO CONGLOMERADO PETROBRAS

Em cumprimento à Lei nº 13.303/2016 e ao Decreto nº 8.945/2016, a Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras optou pela constituição de um órgão estatutário de caráter permanente - denominado Comitê de Auditoria Estatutário do Conglomerado Petrobras ("CAE Conglomerado") - vinculado diretamente ao seu Conselho de Administração, com a finalidade de assessorá-lo, bem como aos Conselhos de Administração, quando houver, às Assembleias de Acionistas ou às Diretorias Executivas de determinadas sociedades controladas integrantes do Sistema Petrobras (doravante, "Sociedades"), para apreciação de matérias de sua competência e responsabilidade regimental e que serão objeto de orientação para essas Sociedades.

O Resumo do Relatório Anual de Atividades do CAE Conglomerado abrange todas as Sociedades, é emitido de forma única e encontra-se divulgado no endereço eletrônico da Petrobras. O parecer a seguir é emitido individualmente e reflete as conclusões expressas no citado relatório, com as adaptações de redação demandadas para cada uma das Sociedades.

Os membros do Comitê de Auditoria Estatutário do Conglomerado da Petrobras, tendo presente as atribuições e limitações inerentes ao escopo de sua atuação, considerando todas as análises, estudos e debates realizados no transcorrer das reuniões e dos trabalhos de acompanhamento e supervisão efetuados, descritos de forma sumariada no Resumo do Relatório Anual de Atividades, concluíram, quanto à Petrobras Logística de Gás S.A. ("LOGIGÁS"), que:

(i) os processos de controles internos para a produção dos relatórios financeiros são efetivos e as ações de prevenção e combate à fraude e corrupção são adequadas;

(ii) a Auditoria Independente é efetiva e não foi reportada nenhuma ocorrência que pudesse comprometer sua independência;

(iii) a gestão e o monitoramento dos principais fatores de riscos vêm sendo gerenciados pela Administração, e;

(iv) os parâmetros em que se fundamentaram os cálculos atuariais, bem como o resultado dos planos de benefícios mantidos pela Fundação Petrobras de Seguridade Social são razoáveis e alinhados às melhores práticas de mercado.

Neste contexto, após procederem ao exame e análise das Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 ("Demonstrações Financeiras Anuais de 2018") e do Relatório dos Auditores Independentes, não obstante esse último ter sido emitido pela KPMG Auditores Independentes com opinião contendo um parágrafo de ênfase de transações com partes relacionadas, os membros do Comitê recomendam a sua aprovação pelo órgão societário competente da Petrobras Logística de Gás S.A..

Rio de Janeiro, 19 de março de 2019.

Jerônimo Antunes
Conselheiro de Administração Independente da Petrobras
Presidente do Comitê de Auditoria Estatutário do Conglomerado Petrobras
Especialista Financeiro e de Contabilidade Societária

Durval José Soledade Santos
Membro do Comitê de Auditoria Estatutário
do Conglomerado Petrobras

Francisco Vidal Luna
Membro do Comitê de Auditoria Estatutário
do Conglomerado Petrobras

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas da Petrobras Logística de Gás S.A. - Logigas

Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Petrobras Logística de Gás S.A. - Logigas (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Petrobras Logística de Gás S.A. - Logigas em 31 de dezembro de 2018, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Transação com partes relacionadas

Chamamos a atenção para o fato de que a totalidade das operações de prestação de serviço relacionadas ao transporte de gás são realizadas com a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, conforme descrito nas notas explicativas n.º 1 e 14 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Portanto, as demonstrações financeiras acima referidas devem ser lidas neste contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida às companhias fechadas, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente preparadas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e estão consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório de Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas nossa responsabilidade é de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório de Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que

ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representação falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas consolidadas a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidências de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Nossos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho de auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 20 de março de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Marcelo Luiz Ferreira
Contador CRC RJ-087095/O-7